UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ARTUR DA CRUZ RAQUEL

# A FIGURA DO INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.

Tubarão

2019

**ARTUR DA CRUZ RAQUEL**

# A FIGURA DO INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Claudio Damasceno Paz, Msc.

Tubarão

2019

**ARTUR DA CRUZ RAQUEL**

# A FIGURA DO INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Tubarão, 03 de dezembro de 2019.

Professor orientador Claudio Damasceno Paz, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Alexandre de Medeiros Motta, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Elvis Dieni Bardini, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Antônio Carlos e Alexandra e a minha irmã, Alice, pelo suporte e confiança durante todo o tempo de minha carreira acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, pela saúde e determinação para superar todas as dificuldades encontradas até este momento.

A esta instituição e todo o corpo docente deste curso que oportunizaram o desenvolvimento de um novo ser.

Ao meu orientador, professor Claudio Damasceno Paz, pelo suporte em todos os momentos de orientação deste trabalho.

A minha família, pelo amor e principalmente, pelo incentivo e apoio durante todo o período de vida acadêmica.

Aos meus professores que, de modo direto ou não, influenciaram a minha escolha pela vida docente.

E, por último, mas não menos importante, aos meus colegas de curso, que sempre estiveram comigo nos melhores e piores momentos durante estes quatros anos de convivência.

“A cultura é fundamental para a identidade de um povo, mas, se ela nos impede de nos colocar no lugar do outro e pensar antes de reagir, torna-se escravizante.” (AUGUSTO CURY)

## RESUMO

O tema desta pesquisa relaciona-se aos indígenas nos livros didáticos de História utilizados nas redes pública e privada no município de Imbituba, Santa Catarina. A busca pela presença da figura dos nativos nos livros é incansável e fundamental para a representação e entendimento sobre os mesmos, principalmente no que tange sobre as suas características, sua cultura, ao longo da construção da história do Brasil. É sempre importante ressaltar as positivas mudanças na abordagem sobre os indígenas nas últimas edições dos livros didáticos, ocasionadas principalmente pelas reformulações das leis de educação. O objetivo central desta pesquisa é analisar estas abordagens em livros manuseados nos ensinos fundamental e médio de escolas da região e os específicos foram conceituar a presença e a notoriedade dos índios durante os períodos históricos da construção do Brasil, ou seja, os períodos que equivalem ao Brasil colônia, Império e República.

**Palavras-chave:** Indígenas. Livro Didático. Educação. Abordagem.

## ABSTRACT

The theme of this research is related to the indigenous are approached in the history textbooks used in public and private schools in the city of Imbituba, Santa Catarina. The search for the presence of the natives in the books is tireless and fundamental for the representation and understanding about them, especially regarding their characteristics, their culture, along the construction of the history of Brazil. It is always important to highlight the positive changes in the approach to the indigenous in the latest editions of textbooks, mainly caused by the reformulations of education laws. The main objective of this research is to analyze these approaches in books handled in the elementary and middle schools in the region and the specific ones were to conceptualize the presence and the notoriety of the indigenous people during the historical periods of the construction of Brazil, that is, the periods equivalent to Colony Brazil, Empire and Republic.

**Keywords:** Indigenous. Textbook. Education. Approach.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do grupo tupiniquim.....15
Figura 2 – Aldeia tupiniquim.....16
Figura 3 – A conquista dos indígenas.....18
Figura 4 – Combate entre nativos e colonizadores.....19
Figura 5 – Evangelho nas selvas.....20
Figura 6 – Missão Jesuítica no Brasil colonial.....21
Figura 7 – Representação do contágio de doenças.....23
Figura 8 – O último tamoio.....25
Figura 9 – Moema.....26
Figura 10 – A primeira missa no Brasil.....27
Figura 11 – Iracema.....30
Figura 12 – População indígena no século XXI.....34
Figura 13 – A Constituição de 1988.....37
Figura 14 – Terras indígenas no Brasil, 2007.....39
Figura 15 – XIV Vestibular dos Povos Indígenas.....43
Figura 16 – Capa da primeira obra analisada.....47
Figura 17 – Trecho da primeira obra analisada.....48
Figura 18 – Segunda coletânea analisada.....49
Figura 19 – Trecho da segunda obra analisada.....51
Figura 20 – Terceira coletânea analisada.....52
Figura 21 – Primeiros povos no livro didático.....53
Figura 22 – Eleitores indígenas no livro didático.....55
Figura 23 – Quarta coletânea analisada.....56
Figura 24 – Calendário indígena no livro didático.....57
Figura 25 – Panorama indígena no livro didático.....59

# SUMÁRIO

**1 INTRODUÇÃO.....11**

**2 OS ÍNDIOS SOB A VISÃO DOS EUROPEUS.....14**

2.1 A CHEGADA AS TERRAS E OS PRIMEIROS CONTATOS.....14

2.2 A ESCRAVIZAÇÃO E A CATEQUISAÇÃO INDÍGENA.....17

2.3 AS DOENÇAS.....21

**3 A VISÃO ROMÂNTICA DOS INDÍGENAS NO SÉCULO XIX.....24**

3.1 A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS E A INAUGURAÇÃO DO INDIANISMO ROMÂNTICO.....28

3.2 JOSÉ DE ALENCAS E SUAS OBRAS INDIANISTAS.....28

3.2.1 IRACEMA.....29

3.2.2 O GUARANI.....30

3.2.3 UBIRAJARA.....31

**4 OS INDÍGENAS NOS SÉCULOS XX E XXI.....33**

4.1 A POPULAÇÃO INDÍGENA.....33

4.2 DIREITO INDÍGENA.....34

4.3 A QUESTÃO FUNDIÁRIA.....37

4.4 TUTELA E INTEGRAÇÃO.....40

4.5 EDUCAÇÃO INDÍGENA.....42

**5 OS ÍNDIOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.....44**

5.1 VISÃO GERAL SOBRE O ÍNDIO.....45

5.2 ANÁLISE DE OBRAS DIDÁTICAS.....46

**6 CONCLUSÃO.....60**

**REFERÊNCIAS.....62**

# 1 INTRODUÇÃO

A designação “índio” foi a primeira alcunha dada aos habitantes nativos dos territórios hoje designados América. O antropólogo Darcy Ribeiro (1957 apud SALES, 2017, p. 4) define os indígenas como sendo:

> (...) aquela parcela da população brasileira que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou, ainda mais amplamente: índio é todo o indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com quem está em contato.

Durante o processo de colonização dos territórios americanos, é notório que os embates entre colonos e indígenas foram fatores de extrema importância para a visão que temos atualmente sobre os povos indígenas. Por este motivo, destacou-se a premissa da pergunta central desta pesquisa: Como é abordada a figura do indígena nos livros didáticos de História?

É inegável que esse confronto “índio *versus* colono”, na história, nos faz observar e absorver um pouco de como a imagem do indígena foi sendo retratada ao longo dos vários processos que ocorreram na história do desenvolvimento do Brasil. Processos esses que, por muitas vezes, foram agressivos, hostis, pendendo para o extermínio ou genocídio dos povos originários.

Sabendo da importância dos indígenas para a construção da sociedade brasileira, o presente estudo monográfico se justifica pela relevância de trazer para o debate, a partir da visão que foi construída sobre os primeiros habitantes do Brasil, difundidos por meio de estereótipos que os desqualificam num contexto de violências praticadas contra os indígenas, seu modo de vida, as agressões ao seu espaço vital.

Das tantas outras pesquisas realizadas anteriormente pelos autores que aqui foram estudados, como referências bibliográficas, além de relatos dos indígenas retratados em algumas das obras utilizadas neste estudo monográfico, considerou-se importante analisar o contexto da época, a fim de identificar aproximar os sujeitos indígenas com os outros, dito civilizados, que coabitam o nosso país.

Por isso, o presente estudo monográfico tem como objetivo geral compreender a visão da figura do indígena nos livros didáticos de História construída ao longo da História do Brasil, fundamentada em textos legais e em obras literárias, especialmente as do romantismo indigenista brasileiro.

Em termos específicos, temos os seguintes objetivos:

a) analisar a visão dos europeus sobre os índios na chegada as terras americanas;

b) demonstrar a visão do indígena apresentada pelo romantismo indigenista em romances escritos sobre os nativos durante o século XIX;

c) investigar a veracidade dos fatos sobre os indígenas nos séculos XX e XXI com base em documentos;

d) analisar a abordagem da figura do indígena nos livros didáticos de História adotados em turmas de Educação Básica no município de Imbituba, sul de Santa Catarina.

Os procedimentos metodológicos utilizados para este estudo monográfico consistiram no método indutivo e na pesquisa bibliográfica exploratória. Neste sentido, a preocupação foi com o aprofundamento do tema em estudo, partindo de proposições particulares para atingir uma conclusão geral. A pesquisa para a obtenção dos dados analisados foi a bibliográfica, uma vez que buscou-se encontrar e analisar livros, reportagens e artigos científicos, relatos das pesquisas vinculadas ao tema estudado, percepções, discursos, narrativas, partindo de fatos particulares para chegar a compreensão mais ampla possível sobre um tema sensível e complexo.

Em relação à estrutura de organização do desenvolvimento ficou distribuído em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresentou o modo em que os indígenas viviam no período de chegada dos colonizadores portugueses, além de analisar os modos de vida e os contatos entre os mesmos e seus desdobramentos. O segundo capítulo abordou a interpretação romântica sobre os índios, sendo essa desenvolvida durante segundo reinado brasileiro por autores vinculados ao romantismo indigenista, com ênfase nas obras de José de Alencar. No terceiro capítulo, analisa-se a realidade da população indígena brasileira, as razões que promovem os impasses nas suas relações com os interesses dominantes com base em pesquisas e estudos realizados

nos séculos XX e início do século XXI. O quarto capítulo apresenta a análise de textos e imagens de livros didáticos sobre a História do Brasil, enfatizando a abordagem dos indígenas em algumas coleções utilizadas em escolas da região do município de Imbituba, Santa Catarina.

# 2 OS ÍNDIOS SOB A VISÃO DOS EUROPEUS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a visão dos europeus sobre as populações originárias que viviam no litoral brasileiro, retratando principalmente os espanhóis e os portugueses na chegada às terras americanas e, por conseguinte, brasileiras, além de indicar elementos que caracterizaram as relações nem sempre harmoniosas entre culturas muito distintas.

## 2.1 A CHEGADA ÀS TERRAS E OS PRIMEIROS CONTATOS

Quando os europeus (principalmente portugueses e espanhóis) iniciaram suas expedições marítimas, que ocorreram entre os séculos XV e XVII, não imaginavam que iriam encontrar um mundo novo. Novo por vários motivos.

De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 21):

> Novo, porque ausente dos mapas europeus; novo, porque repleto de animais e plantas desconhecidos; novo, porque povoado por homens estranhos, que praticavam a poligamia, andavam nus e tinham costume de fazer a guerra e comer uns aos outros. Eram canibais, afirmavam os primeiros relatos, cheios de curiosidade, exotismo e imaginação.

Os espanhóis comandados por Cristóvão Colombo, que foram os primeiros europeus a chegarem em território hoje americano, em 1492, já registravam nos seus primeiros escritos, oficiais e pessoais, o choque de estranhamento que tinham com os costumes dos povos originários, começando pela nudez aparente, e, em alguns grupos o fato de comerem carne humana, originando assim o termo “canibal” que utilizamos até os dias de hoje.

Ao chegarem às terras que hoje ficam em território brasileiro, mais precisamente no atual estado da Bahia, os portugueses promoveram contatos primários da nação Tupi-Guarani, a tribo dos tupiniquins. Este grupo habitava o litoral na região denominada Porto Seguro onde a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportou. Os tupiniquins se comunicavam em língua tupi. Dividiam-se em aldeias compostas de até dez grandes habitações de forma circular, as ocas. Essas aldeias eram cercadas com troncos de árvores e comportavam de quinhentos até três mil habitantes.

**Figura 1: Localização geográfica do grupo tupiniquim.**

**Fonte: Wikipedia. Acesso em 11 ago. 2019.**

**Figura 2: Aldeia tupiniquim**

**Fonte: Direitas Já. Acesso em 11 ago. 2019.**

Desde a sua chegada, os portugueses não mostraram muito interesse em ocupar a nova terra, apenas exploravam seus recursos naturais. Porém, para realizar a extração destes materiais, especialmente uma madeira conhecida como pau-brasil, já existente em outras regiões ocupadas pelos portugueses, foi preciso utilizar o trabalho dos indígenas, que eram conhecedores do território e sabiam diferenciar as várias espécies de plantas existentes na região. Para que essa “ajuda” ocorresse, os lusitanos iniciaram um estilo de comércio baseado em trocas com os índios. Este comércio ficou conhecido como escambo.

Os indígenas realizavam todo o trabalho braçal, tal como cortar, transportar, armazenar, preparar, embarcar as toras de pau-brasil, que foi o principal produto da extração no período colonial. Em troca do esforço, os portugueses davam aos índios ferramentas que eles não conheciam e mal sabiam utilizar.

De acordo com o registro de Léry (1980, p. 133):

> [...] quanto ao modo de carregar os navios com [o pau brasil], direi que tanto por causa da dureza, e consequente dificuldade em [derrubá-lo], como por não existirem [...] animais [...] para [transportá-lo], é [arrastado] por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por [aqui] viajam não fossem ajudados pelos [indígenas], não poderiam nem sequer em um ano carregar um navio de tamanho médio. [...].

Além do auxílio na extração de pau-brasil, os nativos colaboraram com os portugueses no que refere a sobrevivência nas terras tropicais. Sobre isso, Pellegrini

(2015, p. 235) afirma que eles [os portugueses] aprenderam técnicas de caça e pesca, além de plantar e preparar os alimentos da terra e a se locomover com segurança pelas matas.

## 2.2 A ESCRAVIZAÇÃO E A CATAQUIZAÇÃO INDÍGENA

Com a chegada dos produtos extraídos em territórios brasileiros no continente europeu, outras nações ficaram interessadas nas mercadorias e, para garantir a propriedade das terras, a coroa portuguesa deu início ao processo de colonização sob a ideia de posse e controle do território. Segundo Almeida (2010), a conquista do território na América Portuguesa não foi absolutamente pacífica. Almeida (2010) ainda declara que as várias regiões do continente foram ocupadas após combates violentos contra os povos indígenas.

Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 40-41):

> é ainda na conta da colonização que se deve pôr o recrudescimento das guerras indígenas, que, se já existiam internamente, eram agora provocadas também pelos colonos, os quais faziam aliados na mesma velocidade com que criavam inimigos.

Estes combates que, de acordo com Ramos (2004) prevaleceram até meados do século XIX, tinham como propósito a obtenção de mão-de-obra escrava. Deste modo, os colonizadores portugueses angariavam escravos para seu projeto de colonização das novas terras.

**Figura 3: A conquista dos indígenas.**

**Fonte: Wikipedia. Acesso em 18 ago. 2019.**

Desde o princípio da colonização e da aparentemente bem-sucedida iniciativa de escravização indígena, os portugueses obrigaram os povos submetidos aos seu domínio a realizarem árduas funções nos canaviais instalados ao longo do território conquistado.

Em Amarante et al (1982, p. 116-117), os índios posteriores informaram como foi a sensação de seus antepassados com a imagem da escravidão. É o que demonstra a seguir:

> os portugueses montaram moendas para moer cana. Fizeram casas para fazer açúcar. O lugar de moer cana, a casa de fazer açúcar, se chama "engenho". Os portugueses precisavam de gente para trabalhar. Precisavam de gente para trabalhar duro, gente para fazer muito açúcar. Mas eles não queriam trabalhar. Eles só queriam escravos para trabalhar para eles. Por isso, eles começaram a pegar índios. Eles queriam obrigar os índios a trabalhar nos seus engenhos. E os índios foram ficando escravos! Os índios, que antes eram pessoas livres, foram ficando escravos.

Ainda segundo Amarante et al (1982, p. 119), eles (os portugueses) pegaram os índios à força. Pegaram os índios igual se laça boi. Porém, muitos indígenas foram contra, não aceitaram a situação em que se encontravam e se rebelaram contra os colonizadores.

Mesgravis e Pinsky (2000, p. 83) enfatizam que:

> [...] descontentes, [os indígenas] queimaram engenhos, acabaram com roças e povoados, obrigando os portugueses a recuar e fugir. As revoltas indígenas destruíram os núcleos fundados pelos donatários do Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro, Bahia e ameaçaram seriamente os de Pernambuco e São Vicente. [...].

**Figura 4: Combate entre nativos e colonizadores.**

**Fonte: Museu dos Gibis. Acesso em 18 ago. 2019.**

Os donatários de terra, apreensivos com os rumos que tomavam a rebelião indígena, rogaram por ajuda ao rei de Portugal, declarando que, caso não houvesse ajuda por meio de reforços, as capitanias sofriam grandes riscos de serem extintas.

Com receio de perder todo o investimento já aplicado no novo território, além do risco de que suas terras fossem ocupadas por invasores estrangeiros, os portugueses optaram pelo envio de padres para adaptar os índios a vida e a cultura dos povos europeus. Estes padres eram conhecidos como “missionários jesuítas”

Amarante et al (1982, p. 124) abordam que “[...] então o Governador trouxe padres. Os padres que vinham de Portugal para cá chamavam-se ‘missionários’.” Dois destes missionários, vinculados a ordem religiosa denominada Companhia de Jesus, ficaram mais conhecidos, foram eles Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

Os jesuítas se posicionaram em contraposição a escravização dos nativos e, se posicionaram contra todos aqueles que empregavam a mão de obra indígena escrava. Por este motivo, os jesuítas iniciaram a catequização dos índios. Sobre este acontecimento Amarante et al (1982) afirmam que a ideia do missionário era ajudar

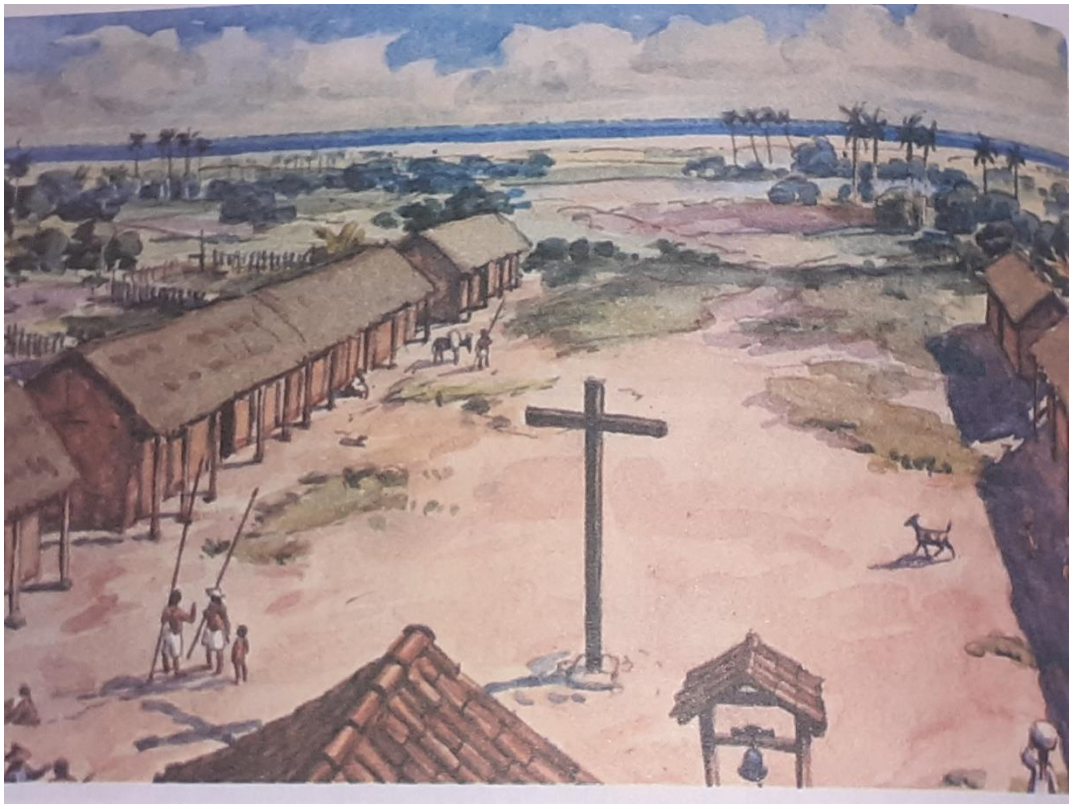
os índios e, que eles achavam que para ajudar o índio, precisava ensinar a religião do branco.

Os padres jesuítas fundaram inúmeras missões ou reduções em várias localidades do continente americano. Nessas missões, os índios aprendiam a língua, os hábitos e a rotina dos portugueses, além de desempenharem várias atividades agrícolas e artesanais. Entretanto, a catequização indígena acabou transformando o modo de vida dos nativos, além de desorganizar sua sociedade (PELLEGRINI, 2015).

**Figura 5: Evangelho nas selvas.**

**Fonte: Pellegrini et al (2015, p. 239)**

**Figura 6: Missão jesuítica no Brasil colonial.**



**Fonte: Pellegrini (2015, p. 238)**

Em relação a visão que o índio tinha sobre todos estes acontecimentos, Amarante et al (1982, p. 125) retratam que:

> naquele tempo, muita gente pensava que o índio não tinha religião. Pensava que o índio não era gente, que o índio não tinha alma. Isso porque ninguém entendia a vida do índio. Os padres não foram morar no meio dos índios. Eles só queriam trazer os índios para morar perto dos portugueses. Os missionários iam longe atrás dos índios. Iam para todo canto [...]. Mas os índios não queriam deixar a sua terra! Então, os missionários falavam que vida de índio era errada. [...] Falavam que só no meio do branco, só na religião do branco, o índio poderia ser feliz. Mas isso não era verdade.

## 2.3 AS DOENÇAS

A chegada dos europeus em território ameríndio não foi conflituosa apenas pelo choque de culturas e pela escravização dos indígenas pelos portugueses. Houve também contágios de doenças, principalmente por parte dos europeus aos indígenas. As doenças começaram a aparecer no momento da colonização no que toca a parte do manejo e uso do solo por parte dos ameríndios, cujas formas foram alteradas (ALMEIDA; NOTZOLD, 2010).

Ainda, segundo Almeida e Notzold (2010, p. 5),

> à medida que o colonizador foi varrendo os grupos autóctones de certos espaços e/ou confinando-os em aldeamentos, por meio da catequização e de políticas indigenistas, tanto a ecologia humana ameríndia foi impactada quanto os biomas de florestas, que passaram a ser desmatados para que houvesse o reordenamento do território como também a racionalização da agricultura, pastoreio e, posteriormente, o incremento da industrialização.

Além do desmatamento compulsivo com fins de agricultura e mineração no novo território português, os ameríndios enfrentaram problemas também com o acesso à algumas áreas dos seus domínios e, por conseguinte, à alguns biomas que eram de extrema importância para a sociedade nativa, pois era nestas áreas que os indígenas encontravam a sua base para a alimentação, para a produção medicinal, para práticas em sociedade, entre outras.

Estas reduções de espaço, as missões catequizantes e os aldeamentos não pouparam os índios do genocídio, que, se não veio por causa da guerra, veio pela disseminação de doenças. (ALMEIDA; NOTZOLD, 2010).

De acordo com Amarante et al (1982, p.126),

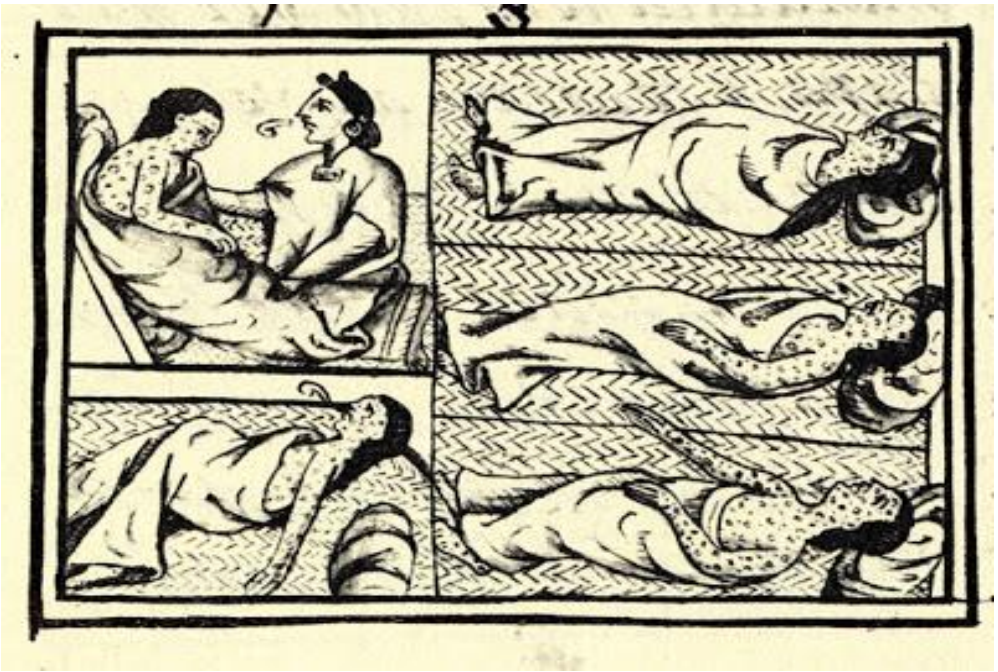
> os portugueses traziam muitas doenças com eles. Traziam muitas doenças nas roupas deles. Os missionários traziam muitas doenças com eles. Os índios não estavam acostumados com as doenças dos brancos. Não estavam acostumados com o SARAMPO, a GRIPE, a CATAPORA, a TUBERCULOSE. Por isso, morriam muitos índios. Mas os índios não estavam sabendo que era o branco quem trazia as doenças. Por isso, os índios pensavam: - É nossa terra que está muito ruim. É nossa terra que está cheia de doenças. Então vamos para perto do branco. Então vamos viver na missão.

Doenças como gripe, sarampo, catapora, varíola, malária, pneumonia, febre amarela e, em alguns casos, tuberculose, atingiam de grosso modo as aglomerações onde os indígenas se encontravam. Segundo alguns relatos da época, entre os anos de 1562 e 1563, uma doença conhecida como “mal das bexigas” atingiu um grupo de índios aldeados e escravizads dos portugueses e matou de uma só vez cerca de 30 mil pessoas (ALMEIDA; NOTZOLD, 2010).

Do outro lado, os indígenas ofereciam poucos riscos aos colonizadores no que tange as doenças. Entretanto, existem narrativas que mostram que o número de casos de sífilis aumentou gradativamente no período da colonização, principalmente

da América para o Velho Mundo por meio de relações sexuais entre indígenas e portugueses.

**Figura 7: Representação do contágio de doenças.**



**Fonte: Mestres da História. Acesso em 18 ago. 2019.**

## 3 A VISÃO ROMÂNTICA DOS INDÍGENAS NO SÉCULO XIX

Com a independência do Brasil, ocorrida em setembro de 1822, surgiu o interesse de propor uma definição da identidade nacional brasileira e, por conseguinte, a definição de um herói da nação que começou a se constituir, pois o sentimento era de nacionalismo e patriotismo, valorizando tudo o que o Brasil tinha, ou como ressaltam Schwarcz e Starling (2015, p. 283), o século XIX ficou conhecido como a "era dos nacionalismos".

Ao mesmo tempo, ocorria na Europa a onda romântica da literatura, onde os cavaleiros eram retratados como a figura dos heróis. No Brasil, a imagem do cavaleiro não poderia ser utilizada como representação de herói pois não houve Idade Média como no continente europeu; os portugueses também não poderiam ser retratados como protagonistas, visto que o Brasil acabava de se tornar independente de Portugal; os negros muito menos poderiam ser retratados como personagens principais da cultura brasileira, uma vez que a época não se pensava e nem se permitia acreditar nesta ideia. Deste modo, a figura central desta valorização foi escolhida como a de protagonista nacional: o índio.

Isto não quer dizer que o índio começou a aparecer em obras literárias apenas a partir do século XIX. A figura do nativo manifestou-se no século XIV nas missivas de Pero Vaz de Caminha onde, segundo Câmara e Câmara (2016, p. 89) aparece como uma referência do nativo da *Terra Brasilis*, para fim de registro somente, pois na prática a vida da população indígena era deplorável, devido a exploração e o abandono.

Ainda, segundo Câmara e Câmara (2016, p.89-90), o índio:

> [...] aparece como personagem nas obras de Anchieta, assim como em O Uraguai, de Basílio da Gama, e Caramuru, de Santa Rita Durão, ainda que sem a exaltação ufanista que se lhe daria a partir do Romantismo, representado especialmente pelas obras indianistas de José de Alencar e de Gonçalves Dias.

Ao longo do período abrangido pelo Segundo Reinado (1840-1899), a necessidade de ressaltar a figura do indígena como herói da nação brasileira cresceu. Por este motivo, Schwarcz (2019, p.164) afirma que:

> o imperador d. Pedro II financiou, pessoalmente, nas artes plásticas, na literatura, na ficção e na historiografia a formação de um “indianismo romântico”, que idealizou a imagem de um país composto de raças diferentes mas cujo desígnio era serem todas dominadas ou desaparecerem, como no caso dos nativos, e do mito criado pelo naturalista Von Martius, diante da superioridade europeia.

Este “indianismo romântico” foi o movimento literário e artístico surgido no século XIX para retratar e afirmar todos os ideais já anteriormente citados: a necessidade de um herói nacional; a retratação do sentimento patriótico; e a escolha da figura do indígena, dentre outros.

Este movimento influenciou as artes plásticas em menor número de representação do que no mundo literário, porém foi utilizado de forma ímpar na construção da identidade da nova nação que surgia.

Uma das principais obras que retratam o movimento indianista é *O último tamoio*, de Rodolfo Amoedo, datada do ano de 1883. Nesta obra, pode-se constatar, segundo Schwarcz (2019, p. 166), a derradeira submissão do bravo guerreiro.

**Figura 8: O último tamoio.**

**Fonte: Schwarcz (2019, p. 166)**

Um outro quadro que retrata o movimento indianista da época é *Moema*, do catarinense Victor Meirelles, datada de 1866. Moema é um personagem semilendário presente nas narrativas que permeiam a história de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, especialmente no poema Caramuru, escrita pelo Frei José de Santa Rita Durão.

**Figura 9: Moema**

**Fonte: Wikipedia. Acesso em 01 set. 2019.**

Nota-se que a representação do corpo já sem vida da índia retrata os princípios românticos da época, utilizando os ideais da construção de uma nacionalidade. A forma fria, insensível do corpo; o tom moreno da pele; os cabelos lisos e negros, ou seja, a retratação que corresponde ao imaginário do brasileiro vigente à época. Ressalta-se que na narrativa do poema, Moema, uma das esposas abandonadas por Caramuru no seu retorno à Europa, atira-se ao mar com a valentia dos apaixonados e acaba vítima da sua determinação.

Uma outra obra de Vítor Meirelles, *Primeira Missa no Brasil*, de 1860, não é considerada parte do movimento indianista, porém, muitos estudiosos das artes afirmam que ela retrata o índio como coadjuvante da construção do Brasil ocupado pelos portugueses. Como se observa, Meirelles, ao retratar a missa enfatiza a celebração, os ícones do cristianismo, enquanto os indígenas observam a cena entre

curiosos e assustados. Nada indica na obra que exista algum sinal ou iniciativa de inclusão do indígena.

**Figura 10: A primeira missa no Brasil.**

**Fonte: Wikipedia. Acesso em 01 set. 2019.**

Além das artes plásticas e visuais, o movimento indianista também tem suas representações na literatura. Segundo Schwarcz (2019, p.164):

> romances como *Iracema* (1865), de José de Alencar, ou o poema épico *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães, representa o ápice desse modelo, o qual, no limite, determinava que o destino indígena era perecer para que a civilização vingasse.

Além das obras acima citadas, evidenciam-se, também, os romances *Ubirajara* (1874) e *O Guarani* (1857), ambos de José de Alencar, como os principais representantes da literatura indianista, que serão abordados no capítulo a seguir.

## 3.1 A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS E A INAUGURAÇÃO DO INDIANISMO ROMÂNTICO

A Confederação dos Tamoios, poema datado de 1856 e escrito por José Gonçalves de Magalhães, é considerada a obra inaugural do segmento literário do Romantismo conhecido como indianismo romântico. Este poema, de acordo com Schwarcz (2019) foi totalmente financiado pelo imperador D. Pedro II para se converter em um épico nacional. A obra foi baseada na própria Confederação dos Tamoios, uma revolta dos índios tupinambás, entre os anos de 1554 e 1567, onde resistiram vigorosamente ao domínio europeu.

No poema, esta conquista é retratada, segundo Schwarcz (2019, p. 165-166), como uma derrota; ou melhor, como o momento simbólico que marca a convicção dos indígenas de que a conversão era a melhor e única saída para eles.

No poema, os índios são descrevidos como um povo resistente, forte, destemido, guerreiro e que mantém um desejo de vingança contra os lusitanos que cometeram crueldades contra seus descendentes. Na obra, os franceses são descritos como aliados dos indígenas, porém ganham pouca relevância nos escritos. Magalhães também evidencia seu afeiçoamento aos jesuítas missionários ao descrevê-los como homens bons, que se preocupavam com os índios, em contraste aos portugueses que escravizavam e matavam os nativos.

A obra é rica em descrições dos indígenas e seus costumes no século XVI, principalmente no que tange ao uso de penas e pinturas no corpo para ornamento; a igualdade entre os indígenas de uma tribo; a não prática da propriedade privada; e o detalhamento das aldeias onde habitavam. Ele também revela a relação dos índios com os portugueses e franceses, inclusive a diferença de tratamento, pelos lusitanos, entre os índios que se convertem e os que resistem.

## 3.2 JOSÉ DE ALENCAR E SUAS OBRAS

José de Alencar nasceu em 1º de maio do ano de 1829, no pequeno vilarejo conhecido como Mecejana, nas proximidades de Fortaleza, Ceará, e faleceu em 12 de dezembro do ano de 1877, na então capital da nação brasileira, Rio de Janeiro, vítima de tuberculose, aos 48 anos de idade. Filho de um padre que abandonou a batina para dedicar-se à carreira política, segundo Martins (201-, p.1), José de Alencar transferiu-se para a corte ainda garoto para realizar seus estudos, nos quais se formou na Academia de Direito de São Paulo.  Segundo Martins (201-, p.1), alinhou-se ao

projeto imperial de construção da nação fundada em 1822 e participou ativamente da vida pública do seu tempo.

Ainda, de acordo com Martins (201-, p.1), José de Alencar continuou:

> empenhando-se em atividades distintas, como o jornalismo, a política (foi deputado pelo partido conservador e chegou a ocupar, por um breve período, o cargo de ministro da justiça do gabinete Itaboraí), a advocacia e, sobretudo, a literatura, graças à qual seu nome chega até os dias de hoje.

### 3.2.1 IRACEMA

Na obra *Iracema*, de 1865, José de Alencar conduz a história de Iracema, uma nativa - cujo nome traduzido da língua tupi significa “lábios de mel”, que se apaixona por um guerreiro lusitano chamado Martim. Desta relação nasce Moacir, filho do casal, cujo nascimento acarreta a morte da personagem central.

Nesta obra, José de Alencar apresenta o casal central Iracema e Martim, como um breve exemplo da mistificação da formação da sociedade brasileira pois, de acordo com Silva (2012, p. 4), a índia Iracema representaria a natureza virgem e a inocência, enquanto o colonizador Martim representa a cultura europeia. Da junção dos dois surge a nação brasileira, representada alegoricamente, pelo filho do casal, Moacir. Cabe ressaltar que Iracema, a índia, morre para que o seu filho, que representa a nova sociedade, sobreviva.

Contudo, pode-se observar a ausência do negro nesta formação, pois, como anteriormente abordado, o negro não é retratado nesta nova identidade nacional, pois ele ainda era escravizado e José de Alencar, como pertencente a classe burguesa e escravocrata, se esquivou de abordar o afrodescendente nesta e em outras de suas obras.

Em Iracema, além da retratação do povo brasileiro, Alencar manifesta a natureza como um local puro, sem contaminação da sociedade, que mantém relações com os sentimentos do ser humano, além de ser uma forma de valorizar a terra.

Isto é observado no trabalho de Alencar, onde o mesmo mostra no trecho a seguir:

> Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba; verdes mares, que brilhais como liquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros.

> Serenai verdes mares, e alisai docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro manso resvale à flor das águas. (ALENCAR, 2001, p.15)

**Figura 11: Iracema**

**Fonte: Schwarcz e Starling (2015)**

### 3.2.2 O GUARANI

Em *O Guarani*, uma de suas obras com temática indianista, José de Alencar narra a história de Peri, um ameríndio guerreiro do grupo indígena goitacá que, de acordo com Silva (2012, p. 6), abandona seu povo para se dedicar à sua amada e venerada Ceci.

O que é percebido na obra é o ideal do etnocentrismo europeu, na qual o índio – neste caso Peri, o protagonista de *O Guarani*, é traçado pelo ideal determinado pelos europeus como algo de valor e como um homem de “bem” (SILVA, 2012, p. 6). Este ideal de índio, sob a visão europeia, não leva em conta as condições nas quais estavam os indígenas, tal qual a sua relação com os colonizadores, além da violação dos seus direitos.

Esta visão etnocentrista também pode ser observada na obra *Iracema* onde o índio Poti é retratado como o índio bom, podendo até ser considerado como irmão do personagem português, como é visto neste trecho da obra:

> os dois irmãos encostaram a fronte na fronte e o peito no peito, para exprimir que não tinham ambos mais que uma cabeça e um coração. – Poti está contente porque vê seu irmão, que o mau espírito da floresta arrebatou de seus olhos. – Feliz é o guerreiro que tem ao flanco um amigo como o bravo Poti; todos os guerreiros o invejarão. (ALENCAR, 2001, p.47)

Além da visão do personagem Poti na obra, a protagonista Iracema também tem sua visão baseada neste ideal do etnocentrismo europeu, pois a personagem, levada por um amor, submete-se ao papel de uma espécie de escrava do personagem Martim (SILVA, 2012, p. 7).

O etnocentrismo europeu também influenciou o autor na escrita quando, segundo Silva (2012), o mesmo aborda a aculturação indígena em prol da busca pela semelhança com o europeu, como é notado no seguinte trecho da obra *Iracema*:

> muitos guerreiros de sua raça acompanharam o chefe branco, para fundar com ele a mairi dos cristãos. Veio também um sacerdote de sua religião, de negras vestes, para plantar a cruz na terra selvagem. Poti foi o primeiro que ajoelhou aos pés do sagrado lenho; não sofria ele que nada mais o separasse de seu irmão branco. Deviam ter ambos um só deus, como tinham um só coração. Ele recebeu com o batismo o nome do santo, cujo era o dia; e o do rei, a quem ia servir, e sobre os dous o seu, na língua dos novos irmãos. (ALENCAR, 2001, p. 81)

### 3.2.3 UBIRAJARA

*Ubirajara*, publicado em 1874, é a última obra de José de Alencar que retrata o movimento indianista, escrita posteriormente as obras *Iracema* e *O Guarani*, publicados em 1865 e 1857, respectivamente. Nesta obra é observado que, segundo Bastos (2012, p. 49), não há a presença do elemento branco, diferentemente dos outros dois, pois a ação se passa em tempo anterior à chegada do colonizador português. Isto não significa que o elemento branco não é abordado na obra de Alencar, pois, de acordo com Bastos (2012, p. 50):

> no que respeita à ausência do elemento branco em *Ubirajara*, diga-se, a bem da verdade, que ela não é completa, pois o narrador, no final do relato, não deixa de aludir a essa presença como um dado futuro, como que a alertar o leitor tanto para a continuidade da saga das tribos unificadas sob a lança vitoriosa do grande campeão quanto para a inevitabilidade do encontro delas com os “caramurus, guerreiros do mar”

*Ubirajara* também pode ser analisada como a obra do movimento indianista mais identificada com a população originária, em que a pureza do mundo dos nativos, pré-cabralino, é evidenciada, sem nenhum contato e interação com os europeus.

A obra retrata a vida do jovem Jaguarê, um índio que parte em direção a outras tribos em busca de alguém para guerrear e receber o título de guerreiro que tanto almejava, caso saísse vencedor. Após passar por várias tribos silvícolas, sempre pelejando e envolvendo-se em casos amorosos, Jaguarê – que neste momento já era chamado de Ubirajara -, consegue entre muitos índios ser o único que consegue dobrar seu arco e atirar, fazendo com que as duas nações tribais por onde passou, Araguaia e Tocantim, se unificassem em uma única tribo, que passou a ser conhecida como Ubirajara, além de poder desposar de duas índias com quem manteve relações amorosas, Jandira e Araci.

# 4 OS INDÍGENAS NOS SÉCULOS XX E XXI

A partir do século XX, começaram a surgir dados mais precisos e confiáveis sobre as questões que envolviam os povos nativos brasileiros, tais como número de habitantes, números de aldeamentos, dados sobre a pluralidade cultural entre os mesmos, além de iniciarem os processos de conquistas dos direitos.

## 4.1 A POPULAÇÃO INDÍGENA

A partir da década de 1980, segundo Cunha (1994, p. 123 apud SALES, 2017, p. 5), a previsão do desaparecimento dos povos indígenas cedeu lugar à constatação de uma retomada demográfica geral. Ou seja, houve um grande crescimento populacional dos indígenas. Isto se deve por dois motivos que, de acordo com Cunha (1994, p. 123 apud SALES, 2017, p. 5), são de extrema importância:

> o primeiro deles, ao fato de os índios terem criado uma resistência imunológica, ou seja, não eram mais atingidos pelas doenças trazida pelos brancos que uma vez já os dizimaram; o segundo motivo seria o fato de muitos grupos, em áreas de colonização antiga, após terem ocultado sua condição discriminada de indígenas durantes décadas, reivindicam novamente sua identidade étnica.

A população indígena cresceu nos últimos anos, mas, segundo Cunha (1994, p. 124 apud Sales, 2017, p. 5), nunca voltou a situação da época de 1500, quando a densidade amazônica era comparável a da península Ibérica. Segundo dados da época, a região da Amazônia dispunha de 14,6 habitantes por km$^2$, contra 17 habitantes por km$^2$ da região de Espanha e Portugal.

Atualmente, o Brasil dispõe de uma população indígena de 896.967 habitantes, segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010 apud SALES, 2017, p. 5). Este número representa cerca de 0,4% de toda a população brasileira constatada no último censo. Ainda sobre o número da população indígena no Brasil, 502.783 nativos vivem na zona rural e 315.180 vivem na zona urbana.

O último censo do IBGE, ocorrido no ando de 2010, ainda catalogou o número de terras indígenas que se encontram no Brasil. São 505 territórios indígenas que correspondem a cerca de 12,5% do território nacional brasileiro, com cerca de 305 etnias e 274 línguas faladas. Além destes dados, o censo de 2010 registrou os seguintes dados sobre as etnias indígenas:

> As maiores etnias são as Tikúna (46 mil), Guarani Kaiowá (43,4 mil), Kaingang (37,4 mil), Makuxí (28,9 mil), Terena (28,8 mil) e Tenetehara (24,4 mil). A distribuição por região é 38,2% no Norte; 25,9% no Nordeste; 16% no Centro-Oeste; 11,1% no Sudeste e 8,8% no Sul. E a taxa de alfabetização de indígenas de 15 anos de idade ou mais é de 76,7%. (IBGE, 2010 apud SALES, 2017, p. 5)

Se analisarmos os índios na América Latina, este número é bem maior. Segundo uma reportagem da revista Exame (2014), a América Latina tem 826 povos indígenas, com 45 milhões de pessoas que representam 8,3% da população total da região, sendo o Brasil o país com o maior número de povos indígenas.

**Figura 12: População indígena no século XXI.**

**Fonte: Revista Exame, 2014. Acesso em 13 out. 2019.**

## 4.2 DIREITO INDÍGENA

Aos indígenas são assegurados, tanto seus direitos quanto seus interesses, pelo Estado, porém, é observado que, segundo Sales (2017, p. 5), “na realidade a efetividade desses direitos fundamentais ainda é muito pequena, ainda existe conflitos acerca dos povos indígenas, que muitas vezes são violentos e envolvem índios, principalmente crianças e idosos, e não índios.”

Os direitos dos índios aos seus territórios, embora desrespeitado, está em lei desde a Carta Régia, datada de 30 de julho de 1609. Nela, o Rei Felipe III

reconheceu, pela primeira vez, o domínio exclusivo e absoluto sobre as terras ocupadas aos índios. À medida que as publicações legislativas foram passando, os direitos dos indígenas eram mais reconhecidos, embora não fossem respeitados.

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira constituição nacional que trouxe a questão dos direitos indígenas sobre a terra em nível constitucional, em seu artigo 129 que diz “Art 129 - Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem, permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.” (SALES, 2017, p. 6).

No ano de 1973 foi criado o Estatuto do Índio, também conhecida como Lei nº 6.001/73, que, em seus escritos, garantiu a proteção e a preservação das comunidades indígenas, conforme citado a seguir “Art.1 Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional.” (SALES, 2017, p. 6)

Ainda abordando o Estatuto do Índio, o mesmo enfoca a garantia de proteção dos indígenas pelas leis do país, segundo o trecho abaixo:

> [...] aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei. (SALES, 2017, p. 6)

O mesmo Estatuto ainda categoriza em seus escritos, no artigo 4º, os nativos com o seu grau de inserção à sociedade:

> Art 4º Os índios são considerados: I - Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional; II - Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento; III - Integrados - Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura. (BRASIL, 1973)

A Constituição Federal de 1988 é a constituição que mais adotou e assegurou os direitos indígenas. Como já é sabido, a Constituição promulgada em 1988 é também fruto de uma mobilização muito grande por parte dos índios e de seus defensores que lutaram para que fossem incluídos na nova constituição, que dedicou

um capítulo inteiro para os direitos indígenas. (SALES, 2017, p. 6). A Constituição fomentou uma nova relação entre o Estado, a sociedade e as comunidades indígenas. Já no primeiro parágrafo do artigo 216, da Constituição Federal, o índio passa a ser declarado como patrimônio cultural brasileiro:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988)

Outros direitos também foram reconhecidos, como é exposto a seguir no artigo 231:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988)

O Estado Brasileiro também definiu nos escritos da Constituição Federal que os nativos brasileiros devem ser reparados via Estado com políticas públicas que possibilitem e garantam a inserção dos direitos básicos na vida dos mesmos, como pode ser visto no trecho abaixo:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Embora existam os reconhecimentos destes diretos acima citados, a prática dos mesmos é bem divergente. O constitucionalista José Afonso da Silva afirma que:

> a Constituição Federal de 1988 revela um grande esforço da Constituinte no sentido de preordenar um sistema de normas que pudesse efetivamente proteger os direitos e interesses dos índios. E o conseguiu num limite bem razoável. Não alcançou, porém, num nível de proteção inteiramente satisfatório. (SILVA, 2005, p.837 apud SALES, 2017, p. 7)

Ou seja, o governo federal conseguiu determinar políticas públicas que certificam os direitos indígenas, mas não visibilizou os caminhos para que chegassem

e atendessem a todas as comunidades, fazendo com que muitas destas comunidades se tornem invisíveis perante a sociedade e seus direitos. (SALES, 2017, p. 7).

**Figura 13: A Constituição de 1988.**

**Fonte: Nova Escola. Acesso em 01 set. 2019.**

## 4.3 A QUESTÃO FUNDIÁRIA

O ponto que aborda a demarcação de terras também é de extrema importância quando são estudados os grupos indígenas. A história dos indígenas brasileiros é marcada pelos enfrentamentos pela defesa de suas terras e propriedades, desde a época em que elas foram ocupadas pelos europeus, a partir do século XVI.

A Constituição de 1937 define em seus escritos que “será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas”. (SILVA, 2018, p. 489).

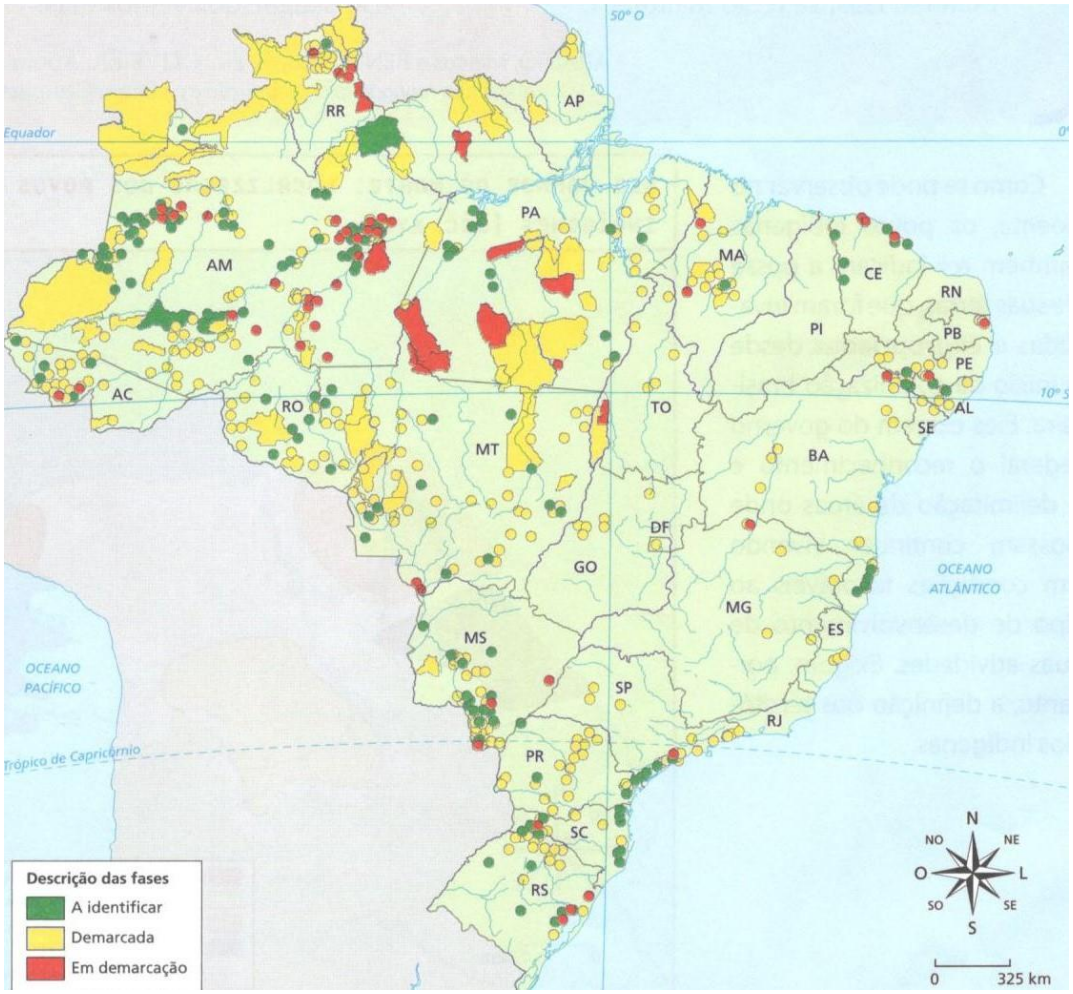
Já, na Constituição de 1946, é abordado, no artigo 216, que “será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não se transferirem”. (SILVA, 2018, p. 489).

Nos dias de hoje, a falta de demarcação de terras persiste como um dos problemas mais pertinentes do Brasil. Mas por que essa demarcação é importante para a afirmação das sociedades indígenas? Sales (2017, p. 8) afirma que:

> a demarcação de uma terra indígena tem como objetivo garantir o direito indígena a terra, essas terras representam um valor fundamental para a sobrevivência tanto física quando cultural dos povos indígenas. A demarcação das terras garante a diversidade étnica e cultural, contribui para a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, além de diminuir os conflitos socioambientais que já dura muitos anos, e é através disso que se é capaz de oferecer melhores condições para o cumprimento dos direitos sociais dos povos indígenas, uma vez que as terras dão suporte ao modo de vida dos índios. E ainda garante aos povos indígenas que decidem se manter isolados de contato com a sociedade que poderão viver de forma autônoma em seus territórios. Assim, reconhecendo a cada povo indígena o seu direito às terras que ocupam tradicionalmente.

Apesar do amparo legal, registrado no artigo 231, da Constituição Federal de 1988, atualmente em vigor e já citado anteriormente, a demarcação dos territórios indígenas tem encarado obstáculos de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros que se apoderam de algumas destas terras, extraindo seus recursos e impedindo a preponderância dos direitos indígenas sobre as mesmas.

**Figura 14: Terras Indígenas no Brasil – 2007**




**Fonte: Pellegrini (2015, p. 316)**

Em decorrência destes conflitos causados pela invasão de territórios indígenas, atacados com o intuito de extração de matérias-primas ali existentes, há um grande e preocupante número de conflitos armados e violentos que resultam em assassinatos de indígenas. De acordo com Sales (2017, p. 8), entre os anos de 2003 e 2011 teve-se registro de 503 assassinatos de índios no Brasil, um média de 55,8 por ano.

Na atualidade, ainda ressalta Sales (2017, p. 9) que, existem no Brasil cerca de 462 territórios indígenas demarcados de um total de 505. A autora ainda destaca em um trecho de sua obra os problemas que dificultam essas demarcações:

> um dos problemas que dificulta a demarcação reside no fato de que estas terras terem um valor econômico, político e social, portanto, sofrem com uma resistência de setores econômicos. Além de processos jurídicos envolvendo a disputa de terras indígenas que impedem a demarcação. (SALES, 2017, p. 9).

Os indigenistas, entretanto, defendem essas delimitações por serem um meio de se proteger e preservar os territórios indígenas além de salvaguardar a cultura destes povos. Ainda chamam a atenção para a grande competência que essas sociedades tem de manter o equilíbrio ecológico das terras em que residem ao retirar delas somente o imprescindível para a sua sobrevivência.

Atualmente, os indígenas iniciaram a sua participação na política para intensificar a proteção aos seus direitos de preservação de território. Sobre isso, Sales (2017, p. 9) afirma que:

> nas últimas décadas, as comunidade indígenas intensificaram sua participação na vida política, portanto, manifestações de indígenas têm sido cada vez mais recorrentes em frente a instâncias governamentais em Brasília, na luta pela regularização e demarcação das terras e na necessidade de se implantar políticas que visem o seu desenvolvimento, e a melhoria das suas condições de vida.

Ainda sobre a relação do Estado com a proteção dos direitos indígenas, principalmente aqueles que tangem a proteção de seus territórios, Sales (2017, p. 9) relata sobre os riscos da Proposta de Emenda Constitucional 15 (PEC15), que deixaria que os interesses políticos prevalecessem sobre os direitos indígenas:

> o governo deixa que os interesses políticos prevaleçam aos direitos indígenas, um dos exemplos disso é a proposta da PEC215, que consiste em transferir o poder de demarcar terras indígenas e ratificar as demarcações homologadas da União para o Congresso Nacional. Para os índios, a proposta é um retrocesso para a árdua história de conquistas de seus direitos e eles temem que ela dificulte ainda mais a demarcação de novas terras por interesses políticos.

## 4.4 TUTELA E INTEGRAÇÃO

A tutela é resultante do direito de posse terras pelos indígenas. Segundo Cunha (1986, p. 161), a tutela indígena seria:

> [...] uma espécie de custódia em que o Estado ficaria responsável pela integridade das terras indígenas (que restam) e decorre de imperativos de

> justiça (aliás, a tutela surge no direito relativo aos índios apenas em 1831, no momento em que eles são definitivamente libertos da escravidão).

O Marechal Cândido Rondon já abordava em suas falas que, “longe de ser o índio pesado ao Tesouro Nacional, representa ele uma vítima social do descuido da nação perante os princípios da Moral e da Razão”. (CUNHA, 1986, p. 161).

Por este motivo, o Estado nacional tem a responsabilidade de amparar, defender e, principalmente, de respeitar e considerar as organizações de todos os povos indígenas, não tentando os transformar em trabalhadores nacionais. Entretanto, pode ser observado que, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio, ou SPI, em 1910 (atualmente conhecido como FUNAI), existem divergências do ponto de vista da questão do índio, principalmente no que tange o porque do Estado proteger e respeitar os indígenas; algumas pessoas acreditavam e ainda acreditam que o Estado nacional protege o índio pela razão do mesmo ser ignorante dos usos e costumes da sociedade brasileira e não pela razão da grande dívida histórica. (CUNHA, 1986, p. 161).

As divergências dos pontos de vista dentro do SPI eram visíveis entre Rodolfo Miranda, ministro da Agricultura à época (o SPI era parte constituinte deste ministério) e Marechal Rondon, primeiro diretor do órgão. Rondon acreditava que o dever do estado era “redimir os índios do abandono e integrá-los na posse de seus direitos, respeitando sua organização social e aguardando sua evolução”. Enquanto isso, o então ministro da Agricultura pronunciava explicitamente em uma “catequese indígena com feição republicana”. (CUNHA, 1986, p. 161-62).

Este ideal do índio como ser inferior, proferida pelo ministro Rodolfo Miranda é baseada nos ideais metafóricos da doutrina positivista de Comte onde o desenvolvimento da espécie e do indivíduo eram associados. Essa metáfora faz com que, de acordo com Cunha (1986, p. 162) povos não-ocidentais passassem a “primitivos” e se tornassem, para o Ocidente, testemunhas de estágios históricos anteriores. Adquiriram o *status* da “infância da humanidade” e seus membros eram, em decorrência, “grandes crianças”.

Portanto, dentro destes argumentos, a tutela passa a ser o grande instrumento da missão civilizadora oferecida aos indígenas ou, de acordo com a metáfora de Comte, a essas “grandes crianças” até que os mesmos amadureçam e

se tornem iguais aos seres ocidentais, ou como aborda Cunha (1986, p. 162), respeita-se o índio enquanto homem, mas exige-se que se despoje de sua condição étnica específica.

## 4.5 EDUCAÇÃO INDÍGENA

Em meados da década de 1990, o Ministério da Educação definiu diretrizes específicas para a educação escolar indígena, junto a criação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Na primeira década dos anos 2000, foram aprovadas várias leis e ações que garantiam aos indígenas, segundo Sobrinho et al (2017), uma educação específica e diferenciada. No ano de 2011, a Secretaria de Educação Especial e a SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) são fundidas em uma única repartição, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que permanece até hoje com ações voltadas para a educação escolar indígena em cooperação a municípios e estados (SOBRINHO et al, 2017).

A criação de escolas indígenas deve seguir algumas demandas apresentadas pelas tribos que serão atendidas.

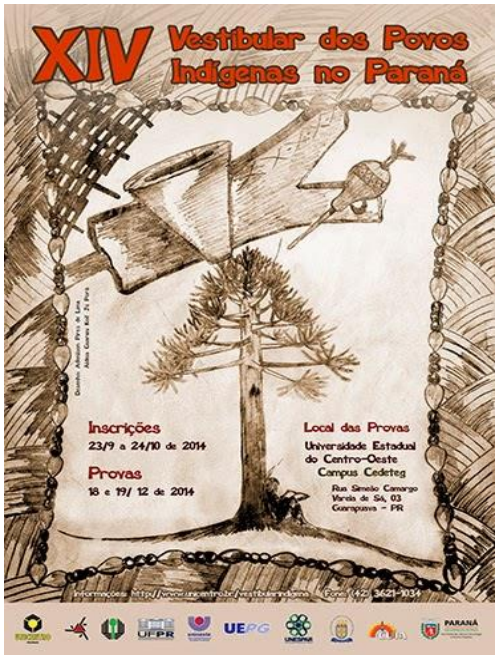
> Art. 4º Constituem elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena: I - a centralidade do território para o bem viver dos povos indígenas e para seus processos formativos e, portanto, a localização das escolas em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos; II - a importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo; III - a organização escolar própria, nos termos detalhados nesta Resolução; IV - a exclusividade do atendimento a comunidades indígenas por parte de professores indígenas oriundos da respectiva comunidade. Parágrafo único: A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa da comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação (BRASIL, 2012).

Atualmente, várias comunidades indígenas possuem escolas, onde as crianças recebem uma educação bilíngue, ou seja, aulas no idioma de sua etnia, além de aulas ministradas na língua portuguesa. Além do mais, tem-se buscado a formação de professores indígenas, pois, segundo Pellegrini (2015, p. 317), eles têm melhores condições de contribuir para a preservação dos valores culturais de seu grupo.

Uma consequência positiva da implantação de uma política educacional exclusiva para as comunidades nativas brasileiras foi o aumento do número de jovens indígenas nas instituições de Ensino Superior.

> [...] Aproximamo-nos de 5000 indígenas no Ensino Superior brasileiro, mais da metade dos 7000 estimados no Ensino Médio [...]. Este é um dado [...] que mostra certo investimento dos próprios indígenas no ensino superior como um meio fundamental de valorização de suas culturas, e de busca por sua autonomia política. (Ensino Superior Indígena, s.d., apud PELLEGRINI, 2015, p. 317).

**Figura 15: XIV Vestibular dos Povos indígenas**




**Fonte: Pellegrini (2015, p. 317)**

## 5 OS ÍNDIOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

O livro didático é, segundo Barbosa e Reis (2012, p. 1), a ferramenta mais acessível quando se fala em bem comum, e por isso se torna a principal referência para trabalhar o ensino de história. Ainda sobre o uso do livro didático nas aulas de História, as autoras afirmam que é ele quem direciona o ensino de história, principalmente no Ensino Fundamental I, podendo ser considerado o principal veiculador do conhecimento sistematizado, inclusive o Ensino de História. (BARBOSA; REIS, 2012, p. 1).

A obra didática do componente curricular de História também vem sendo vista, desde a década de 1970, com uma “obra de suspeição”, ou seja, o livro não seria a mais confiável fonte de conhecimento. Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella, em sua obra intitulada *As Belas Mentiras: a ideologia subjacente nos livros didáticos*, afirma que os livros didáticos:

> não levam em conta os conflitos entre indígenas e não indígenas; oscilam entre considerar os indígenas de forma romântica e enxergá-los como terríveis e cruéis; ou ainda, ora exaltam o indígena, ora o ridicularizam; “teriam sido sempre colaboradores de seus conquistadores e exploradores portugueses”; finalizando, as crianças indígenas são muito felizes e têm uma relação igualitária/harmoniosa com as crianças não indígenas; os indígenas vivem nas florestas e não nas reservas (Nosella, 1981, p. 191-197 apud RAMOS et al, 2018, p. 69).

Na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), não tinham em seus escritos um foco na história e na cultura indígena, nem tampouco na história e na cultura africana e afro-brasileira, mas, segundo Ramos et al. (2018, p. 66), fundamentavam-se nas discussões da época sobre multiculturalismo, apresentado como “pluralidade cultural” nos Temas Transversais. Até por este motivo, as obras didáticas da década de 1990 mal apresentam os indígenas, apenas textos extras para mostrar aos jovens que os índios existiam.

No ano de 2008, é aprovada a lei 11.645/08, que estabelece o tratamento da história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo da educação básica, envolvendo, portanto, todas as disciplinas do ensino fundamental e médio. (GOULARTE; MELO, 2013. p. 37).

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-

> brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (BRASIL, 2008).

## 5.1 VISÃO GERAL SOBRE O ÍNDIO

Em modo geral, as populações indígenas começam a aparecer nos textos dos livros didáticos de História a partir da chegada dos lusitanos e com o processo de ocupação dos povos oriundos do continente europeu sobre o atual território brasileiro. Nestes textos, os indígenas aparecem como seres invisíveis pois, quando ocorre a referência são "classificados" de maneira genérica sem identificação étnica, com suas línguas, em seus diferentes espaços, em suas formas sociais de organização e cultura. (LEMOS, 1999, apud BARBOSA; REIS, 2012, p. 2). Isto é, a maior parte dos livros didáticos de História apresentam as populações indígenas sob um bloco monolítico, ou seja, como sendo todas pertencentes a mesma tribo, como se fossem todas iguais.

As obras didáticas, na grande maioria, também apresentam a figura do índio como personagens identificados com estereótipos, tais como a passividade, a simplicidade cultural, a incivilidade e, por outro lado, exibem os brancos europeus associados a características de superioridade. Ou seja, o branco europeu é retratado nos livros didáticos como civilizado e o indígena como primitivo.

Sobre isto, Freire (2002, apud BARBOSA; REIS, 2012, p. 3) diz que a representação que cada brasileiro tem do índio é prioritariamente aquela que foi transmitida na sala de aula, com a ajuda do livro didático.

A perspectiva que ainda prevalece nas escolas é a do índio selvagem, a do índio que pescava, caçava, colhia frutos para se alimentar ou, ainda, a do gentil conquistado, submisso ao europeu.

Com esta visão, duas ideias são reforçadas. A primeira delas parte da hipótese de que as sociedades indígenas só passaram a se transformar a partir do contato com o europeu, que lhes conduziu à civilização, isto é, as populações

indígenas, antes da chegada dos povos europeus, viviam num estado quase selvagem, de pouco ou nenhum desenvolvimento e o contato com o europeu vai modificar esta condição. A segunda ideia justifica que os povos indígenas sofreram sem poder desempenhar resistência aos processos de genocídio e exclusão empreendidos pelas populações autodenominadas superiores.

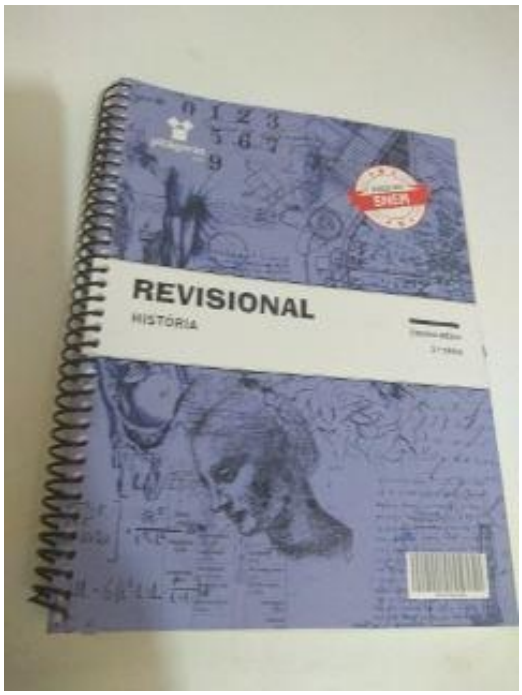
Quando analisamos o que ensinamos nas escolas sobre os indígenas:

> temos de assumir que, embora um bom caminho tenha sido percorrido nas últimas décadas, tratamos desse assunto a partir dos ditames de uma escola que se recusa a assumir que o ensino de temas complexos e sensíveis passa também por repensar a lógica disciplinar que impera nos documentos curriculares e que, sendo assim, vai reverberar nos materiais didáticos. (RAMOS et al, 2018, p. 64)

## 5.2 ANÁLISE DAS OBRAS DIDÁTICAS

A primeira obra analisada é uma apostila didática utilizada como caderno revisional do 3º ano do Ensino Médio de uma escola particular localizada no município de Imbituba. Este material engloba a história de uma forma positivista, ou seja, tratando a história em uma linha do tempo desde o mundo antigo até os dias atuais. A mesma traz em seus escritos a História Geral e a História do Brasil, divididos em dezesseis capítulos.

**Figura 16: Capa da primeira obra analisada.**




**Fonte: Amaral, 2013.**

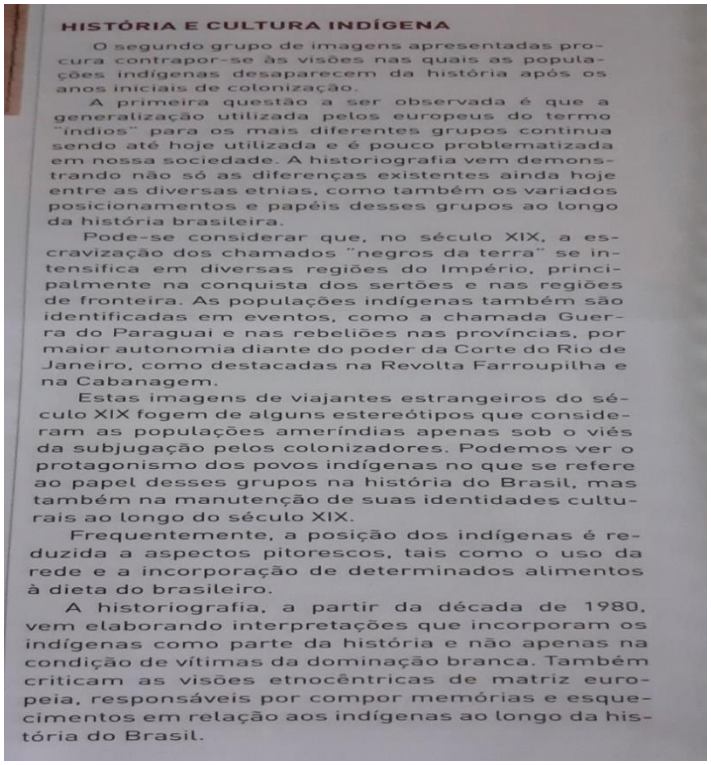
Já é possível analisar a pouca ou quase nenhuma presença do indígena nesta obra no primeiro capítulo do livro, intitulado O Mundo Antigo. Na página 11 da obra didática, existe uma subdivisão do texto que é intitulado “A vida social dos primeiros agrupamentos humanos da América”. O texto indica que existiam seres humanos na região da América há cerca de 10 mil anos a. C., mas não aborda com precisão os locais onde habitavam, quais eram os grupos e, explicam de um modo simples que no território hoje Brasil existiu um grupo humano que deixavam vestígios que mais tarde formaram os sambaquis, em um trecho com menos de 15 linhas de escritos. Ainda sobre os sambaquis, o texto da obra analisada supõe que todos os grupos indígenas da época pré Americana construíam sambaquis e afirma no final do trecho que “na língua indígena, sambaqui quer dizer colina de conchas”.

O capítulo 4, nomeado O Brasil nos quadros do Império Português, é o primeiro capítulo do livro que aborda o Brasil como um território e, já no início, os índios são apresentados como um grande número de nativos distribuídos em tribos e nações, sem diferenciá-las. No decorrer dos escritos, o Brasil é mostrado como um território selvagem e o indígena como primitivo e inferior ao colonizador europeu.

Ao longo da obra, os índios são apresentados como povo inferior, sempre em segundo plano, tendo os colonizadores portugueses como protagonistas da história.

No capítulo 7, denominado A Consolidação da Independência, há uma parte do texto intitulada História e Cultura Indígena. Este trecho aborda o termo índio como um termo erroneamente generalizado que, graças à historiografia, está em um processo de retirada deste ponto de vista etnocêntrico. Há ainda, no final deste mesmo trecho da apostila didática, uma parte que aborda a figura do índio como herói nacional, visão esta defendida no século XIX.

**Figura 17: Trecho da primeira obra analisada**



**HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA**

O segundo grupo de imagens apresentadas procura contrapor-se às visões nas quais as populações indígenas desaparecem da história após os anos iniciais de colonização.

A primeira questão a ser observada é que a generalização utilizada pelos europeus do termo "índios" para os mais diferentes grupos continua sendo até hoje utilizada e é pouco problematizada em nossa sociedade. A historiografia vem demonstrando não só as diferenças existentes ainda hoje entre as diversas etnias, como também os variados posicionamentos e papéis desses grupos ao longo da história brasileira.

Pode-se considerar que, no século XIX, a escravização dos chamados "negros da terra" se intensifica em diversas regiões do Império, principalmente na conquista dos sertões e nas regiões de fronteira. As populações indígenas também são identificadas em eventos, como a chamada Guerra do Paraguai e nas rebeliões nas províncias, por maior autonomia diante do poder da Corte do Rio de Janeiro, como destacadas na Revolta Farroupilha e na Cabanagem.

Estas imagens de viajantes estrangeiros do século XIX fogem de alguns estereótipos que consideram as populações ameríndias apenas sob o viés da subjugação pelos colonizadores. Podemos ver o protagonismo dos povos indígenas no que se refere ao papel desses grupos na história do Brasil, mas também na manutenção de suas identidades culturais ao longo do século XIX.

Frequentemente, a posição dos indígenas é reduzida a aspectos pitorescos, tais como o uso da rede e a incorporação de determinados alimentos à dieta do brasileiro.

A historiografia, a partir da década de 1980, vem elaborando interpretações que incorporam os indígenas como parte da história e não apenas na condição de vítimas da dominação branca. Também criticam as visões etnocêntricas de matriz europeia, responsáveis por compor memórias e esquecimentos em relação aos indígenas ao longo da história do Brasil.

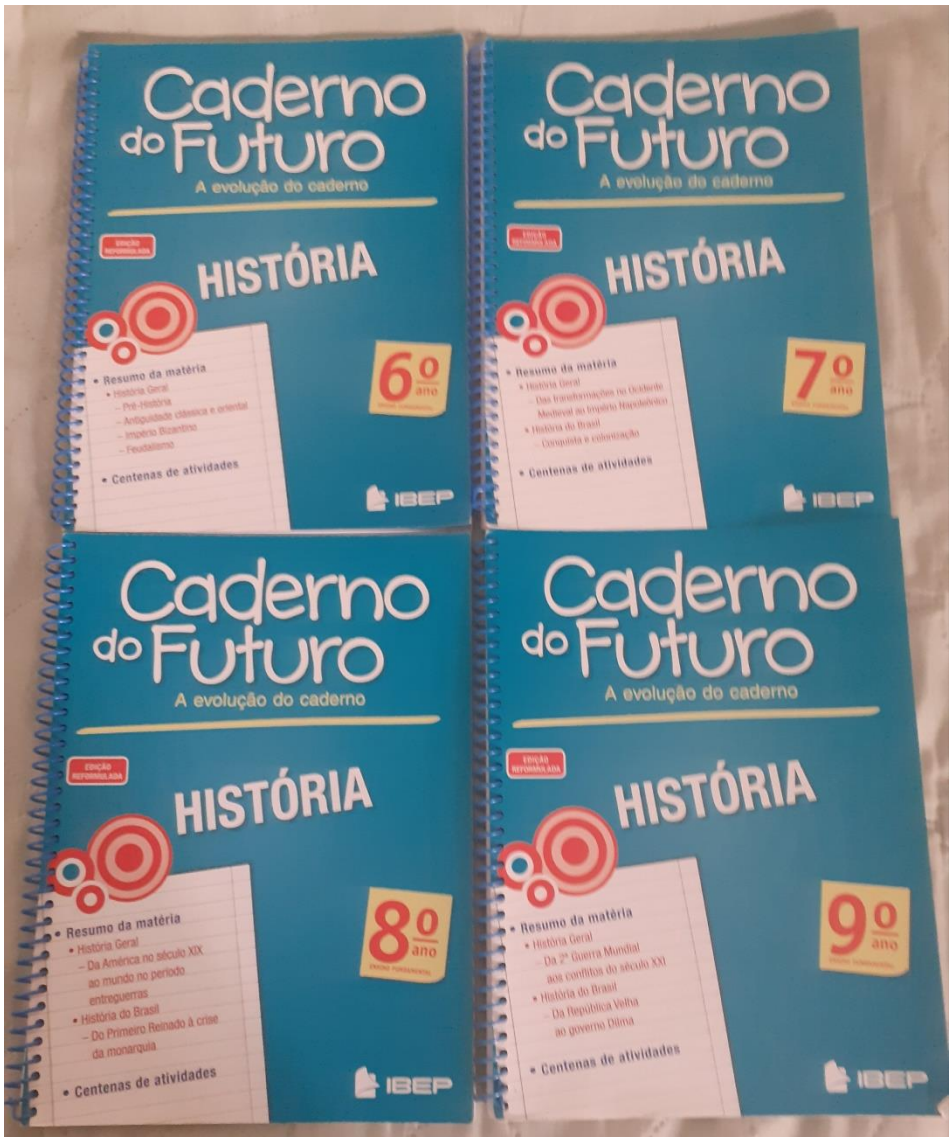
**Fonte: Amaral, 2013.**

Na parte destinada à História Contemporânea do Brasil, é bem pouco observada a figura do indígena, que não é mencionado em nenhum dos capítulos finais que abordam a história do Brasil.

A segunda coletânea analisada é um conjunto de obras didáticas produzidas em formato apostilado datadas de 2013, disponíveis para a aquisição por

alunos do Ensino Fundamental II. Esta coleção segue um modo positivista de abordagem da História, tal qual a primeira obra analisada, ou seja, traz os estudos do componente curricular de História em uma linha do tempo progressista, não expressando que muitos dos tópicos divididos ocorreram ao mesmo tempo. Já de imediato, é possível notar a não presença dos indígenas nos índices no começo de todas as obras da coleção – dividida entre os volumes destinados aos 6º, 7º, 8º e 9º anos, então, caso seja analisada previamente por meio dos índices, não é possível saber se há a apresentação dos indígenas nestas obras.

**Figura 18: Segunda coletânea analisada.**




**Fonte: Ordoñez, 2013.**

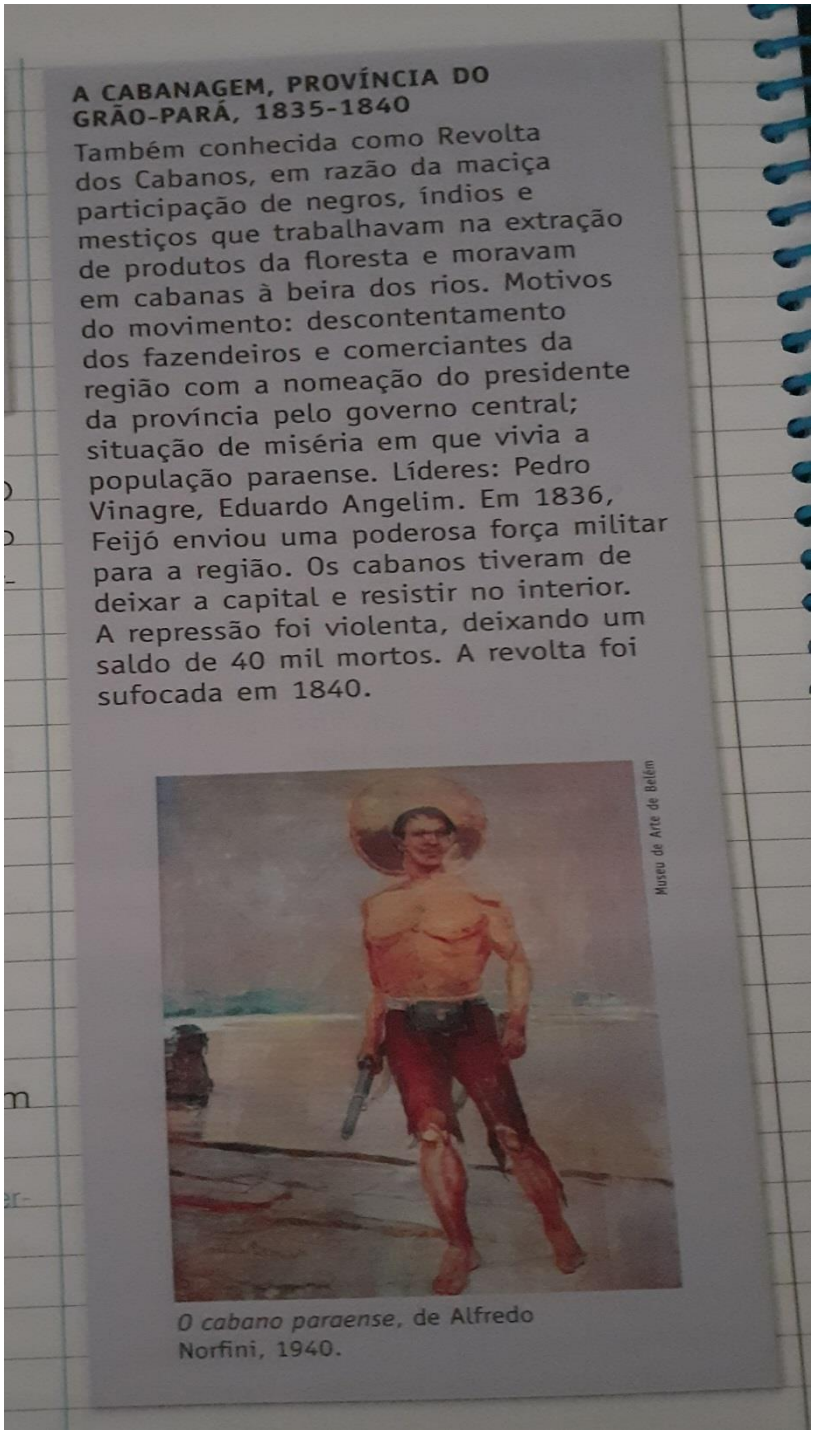
Na obra referente ao 6º ano do Ensino Fundamental, não é retratada em momento algum a presença do nativo americano em seus escritos, nem mesmo as teorias de povoamento da América são tratadas neste volume, que começa abordando a temporização da História e a Pré História, partindo direto aos estudos do Egito Antigo no segundo capítulo.

No livro referente ao 7º ano do Ensino Fundamental, mais precisamente no capítulo 3, intitulado A expansão Marítimo-comercial europeia, existe um tópico que aborda a chegada dos portugueses em territórios atualmente referentes ao Brasil. Entretanto, em nenhum momento é dito que no momento em que os europeus chegaram a esta terras, já existiam vários grupos habitando estas terras. Mais à frente, no capítulo 7, que aborda os povos pré-colombianos, é dito que existiam cerca de 40 milhões de pessoas habitando o continente americano, porém são exaltados apenas três grupos: os maias, incas e astecas. No capítulo seguinte é citada a presença de índios em territórios americanos, mas apenas como a camada inferior da sociedade; a força de trabalho. No que tange a América portuguesa à época da colonização, não é expressado a presença do indígena.

O livro referente ao 8º ano traz no seu segundo capítulo uma referência ao indígena quando aborda o mesmo como um dos principais revoltosos da Cabanagem, cuja revolta que ocorreu na então província do Grão-Pará (atual região norte do país) durante o período do Período Regencial. Durante o Segundo Reinado, abordado no livro entre os capítulos 4 e 6, não é referenciado a visão do indígena como herói da nação, projeto de D. Pedro II para a proposta de uma identidade própria e cultural do Império Brasileiro.

A obra do 9º ano apresenta a História do Brasil da República Velha ao primeiro governo Dilma Rousseff e em nenhum momento é abordado a questão indígena na atualidade durante estes momentos.

**Figura 19: Trecho da segunda obra analisada**



**A CABANAGEM, PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ, 1835-1840**

Também conhecida como Revolta dos Cabanos, em razão da maciça participação de negros, índios e mestiços que trabalhavam na extração de produtos da floresta e moravam em cabanas à beira dos rios. Motivos do movimento: descontentamento dos fazendeiros e comerciantes da região com a nomeação do presidente da província pelo governo central; situação de miséria em que vivia a população paraense. Líderes: Pedro Vinagre, Eduardo Angelim. Em 1836, Feijó enviou uma poderosa força militar para a região. Os cabanos tiveram de deixar a capital e resistir no interior. A repressão foi violenta, deixando um saldo de 40 mil mortos. A revolta foi sufocada em 1840.

Museu de Arte de Belém

*O cabano paraense*, de Alfredo Norfini, 1940.

**Fonte: Ordoñez, 2013.**

A terceira coleção examinada é formada por quatro volumes divididos entre os níveis do Ensino Fundamental II, utilizados por uma escola pública estadual localizada no município de Imbituba, distribuídos pelo PNLD (Programa Nacional do

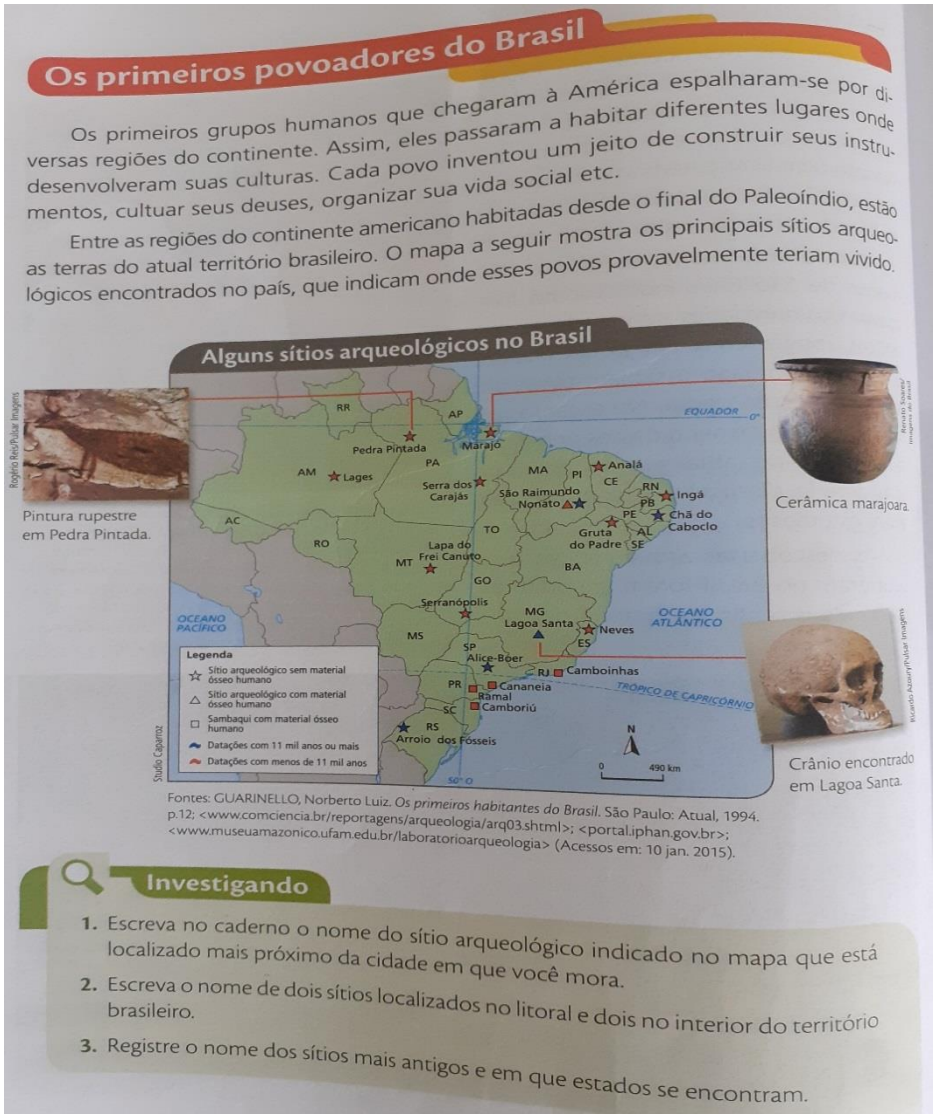
Livro Didático) do ano de 2017. Nesta coletânea, já se pode observar o cuidado que os autores tiveram ao abordar a figura dos indígenas desde o primeiro volume da coleção, direcionada aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental.

**Figura 20: Terceira coletânea analisada**

**Fonte: COTRIM; RODRIGUES, 2015.**

Nesta obra, os responsáveis pela criação já apresentam a presença do índio em território atualmente brasileiro no quinto capítulo, intitulado Primeiros povos da América. Além de apontarem a presença, também identificam e mostram aos alunos que utilizam a obra que esses povos eram muitos e que os historiadores os dividem em grupos de acordo com suas similaridades.

**Figura 21: Primeiros povos no livro didático**



## Os primeiros povoadores do Brasil

Os primeiros grupos humanos que chegaram à América espalharam-se por diversas regiões do continente. Assim, eles passaram a habitar diferentes lugares onde desenvolveram suas culturas. Cada povo inventou um jeito de construir seus instrumentos, cultuar seus deuses, organizar sua vida social etc.

Entre as regiões do continente americano habitadas desde o final do Paleoíndio, estão as terras do atual território brasileiro. O mapa a seguir mostra os principais sítios arqueológicos encontrados no país, que indicam onde esses povos provavelmente teriam vivido.

### Alguns sítios arqueológicos no Brasil

Pintura rupestre em Pedra Pintada.

Cerâmica marajoara.

Crânio encontrado em Lagoa Santa.

Legenda
- Sítio arqueológico sem material ósseo humano
- Sítio arqueológico com material ósseo humano
- Sambaqui com material ósseo humano
- Datações com 11 mil anos ou mais
- Datações com menos de 11 mil anos

Fontes: GUARINELLO, Norberto Luiz. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual, 1994. p.12; <www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq03.shtml>; <portal.iphan.gov.br>; <www.museuamazonico.ufam.edu.br/laboratorioarqueologia> (Acessos em: 10 jan. 2015).

### Investigando

1. Escreva no caderno o nome do sítio arqueológico indicado no mapa que está localizado mais próximo da cidade em que você mora.
2. Escreva o nome de dois sítios localizados no litoral e dois no interior do território brasileiro.
3. Registre o nome dos sítios mais antigos e em que estados se encontram.

**Fonte: COTRIM; RODRIGUES, 2015.**

O livro utilizado pelo 7º ano traz em seu oitavo capítulo, nomeado Povos da América, uma revisão sobre os povos indígenas que habitavam as terras que formam o nosso país, dando uma grande ênfase aos tupis-guaranis, mostrando seu território, sua sociedade, cultura, alimentação e finaliza abordando o plantio e o consumo da mandioca.

Mais a diante, os autores prepararam um texto sobre os índios ontem e hoje, com informações sobre os conflitos entre os nativos e os colonizadores europeus e o provável número de habitantes silvícolas no início do século XVI. Ainda abordam como os indígenas estão situados nos dias atuais.

No décimo capítulo da obra destinada ao 7º ano, denominado Meio Ambiente e Colonização, já é mostrado a figura do indígena como escravizado durante o processo de extração do pau—brasil, além de mostrarem os conflitos entre portugueses e nativos que eram contrários ao movimento de conquista portuguesa, sendo A Confederação dos Tamoios a mais conhecida destes levantes. Também é abordado o movimento jesuíta que tinha a missão de converter os indígenas ao catolicismo no décimo primeiro capítulo e, na divisão do livro de número 12, destinado ao cotidiano e a economia da colônia, existe um parágrafo do mesmo que aborda mais precisamente o trabalho escravo indígena. E, finalizando o livro, encontra-se um tópico que retrata a captura dos índios no movimento denominado bandeirismo.

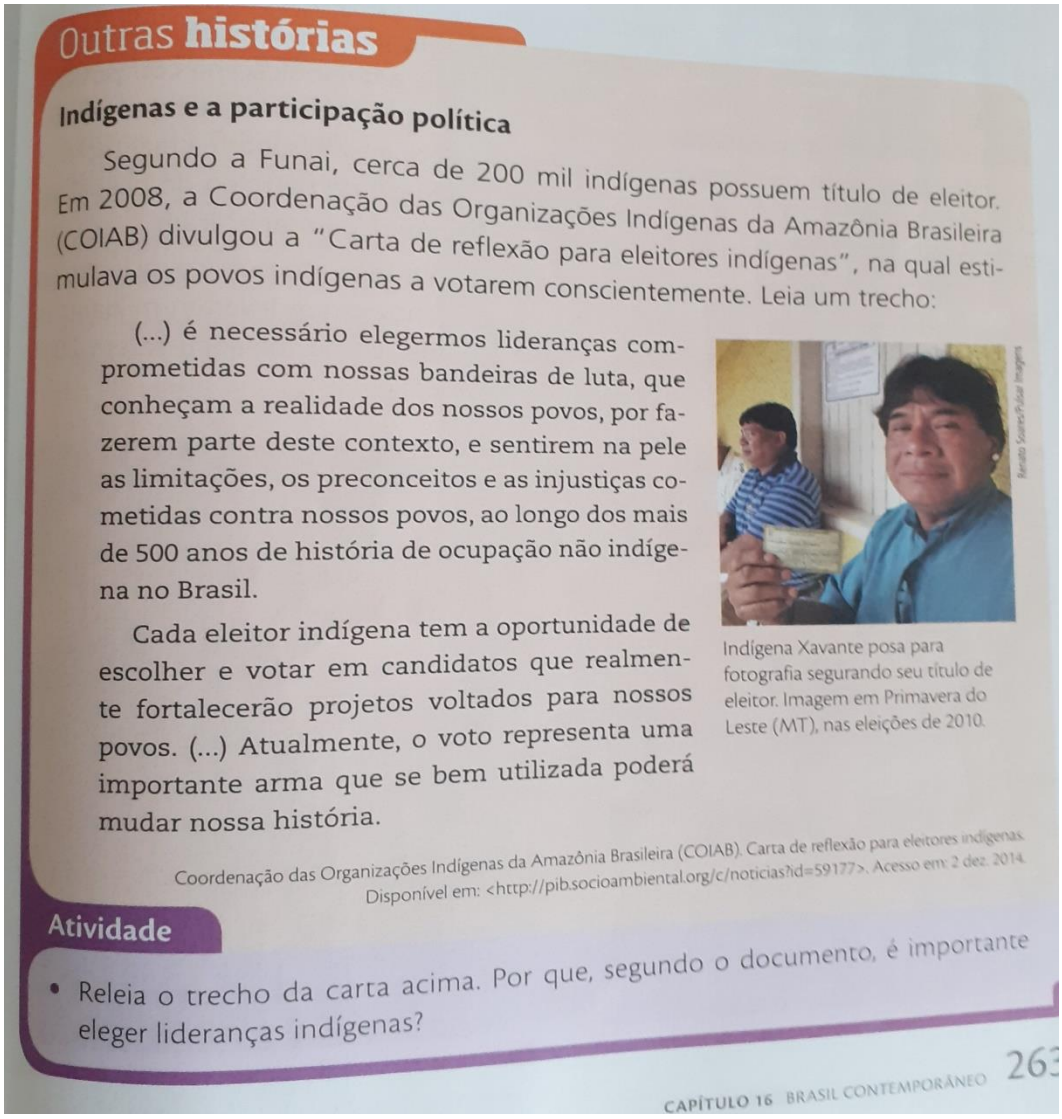
O volume proposto ao 8º ano retrata os indígenas como uma parte do grupo denominado colonizados durante os períodos pré-colonial e durante o processo de independência do Brasil. Fora isto, em mais nenhum momento é abordado nenhuma questão sobre as tribos indígenas, nem sobre a valorização da imagem do indígena como herói nacional, projeto este desenvolvido durante o Segundo Reinado.

O último livro da coleção, que é objeto de uso do 9º ano apresenta no início do seu sexto capítulo um texto que informa sobre a criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio e os seus deveres enquanto instituição de proteção além de informar que o SPI foi substituído pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio, que existe até hoje.

Ainda sobre o último volume desta coleção analisada, existe um texto informativo extra que apresenta informações sobre o Parque Indígena do Xingu, referindo as atividades desenvolvidas na mesma, além da educação, área, população e os problemas que acercam esta área.

E no último capítulo da obra, que retrata o Brasil contemporâneo, a presença do indígena é visível no que tange sobre a participação dos mesmos durante a criação da Constituição de 1988, além da participação dos mesmos na vida política.

**Figura 22: Eleitores indígenas no livro didático**



Outras **histórias**

**Indígenas e a participação política**

Segundo a Funai, cerca de 200 mil indígenas possuem título de eleitor. Em 2008, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) divulgou a "Carta de reflexão para eleitores indígenas", na qual estimulava os povos indígenas a votarem conscientemente. Leia um trecho:

> (...) é necessário elegermos lideranças comprometidas com nossas bandeiras de luta, que conheçam a realidade dos nossos povos, por fazerem parte deste contexto, e sentirem na pele as limitações, os preconceitos e as injustiças cometidas contra nossos povos, ao longo dos mais de 500 anos de história de ocupação não indígena no Brasil.
>
> Cada eleitor indígena tem a oportunidade de escolher e votar em candidatos que realmente fortalecerão projetos voltados para nossos povos. (...) Atualmente, o voto representa uma importante arma que se bem utilizada poderá mudar nossa história.

Indígena Xavante posa para fotografia segurando seu título de eleitor. Imagem em Primavera do Leste (MT), nas eleições de 2010.

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Carta de reflexão para eleitores indígenas. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/c/noticias?id=59177>. Acesso em: 2 dez. 2014.

**Atividade**

- Releia o trecho da carta acima. Por que, segundo o documento, é importante eleger lideranças indígenas?

CAPÍTULO 16 BRASIL CONTEMPORÂNEO 263

**Fonte: COTRIM; RODRIGUES, 2015.**

A quarta e última coleção analisada também é destinada ao Ensino Fundamental II, com data de 2018 e que esteve disponível na última triagem do PNLD, para os novos livros didáticos a serem utilizados nas escolas públicas a partir do ano de 2020.

**Figura 23: Quarta coletânea analisada.**

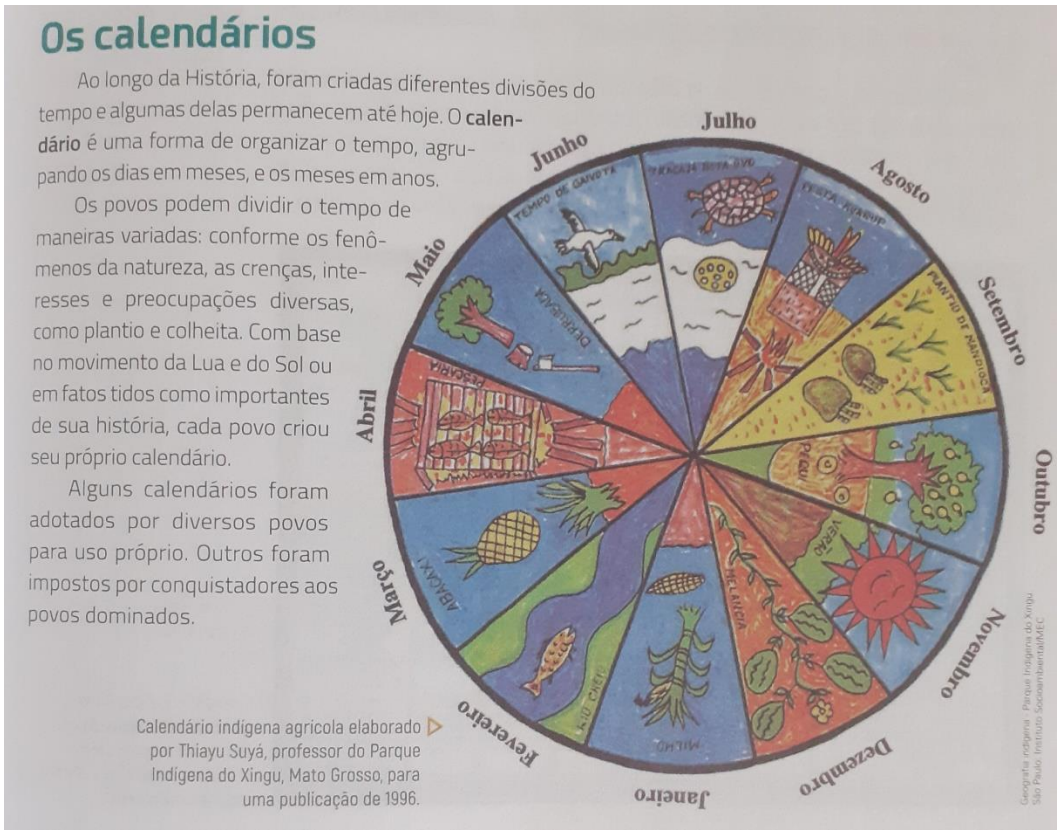
**Fonte: Vicentino, 2018.**

O exemplar proposto para o 6º ano traz em suas primeiras páginas a presença de alguns povos na atual América com data de 11 mil anos. No primeiro capítulo, os autores trouxeram como exemplo quando abordaram o tópico sobre tempo e história e, por conseguinte, as diferentes formas de marcar o tempo, uma figura com um calendário agrícola criado por uma tribo indígena da região do Xingu, Mato Grosso.

No capítulo de número três, intitulado O povoamento da América: povos e sociedades, os responsáveis pela obra trouxeram os primeiros povos do Brasil, dando

uma grande ênfase nos povos sambaquieiros, e, em um texto chamado “características dos nativos antes de 1500”, os índios da tribo Tupinambá são retratados como antropófagos, ou seja, realizavam um cerimonial no qual comiam a carne do(s) prisioneiro(s), além de informar que os indígenas se dividiam em aldeias populosas, que os trabalhos eram divididos em sexo e idade, e o prevalecimento de matrimônios monogâmicos.

**Figura 24: Calendário indígena no livro didático**




**Fonte: Vicentino, 2018.**

No livro destinado ao 7º ano, mais precisamente no terceiro capítulo, há um trecho que aborda características sobre as sociedades indígenas da bacia Amazônica e do Xingu, trazendo um infográfico ilustrando como eram as ocupações na região do Xingu.

Quando o livro começa a ilustrar a colonização portuguesa, os índios começam a ser retratados como povos de troca de serviços, exemplificando assim o escambo. Depois, os indígenas começam a serem ilustrados com um pouco de

vilania, no que tange a respeito dos conflitos entre colonizados e colonizadores, além claro das missões jesuítas.

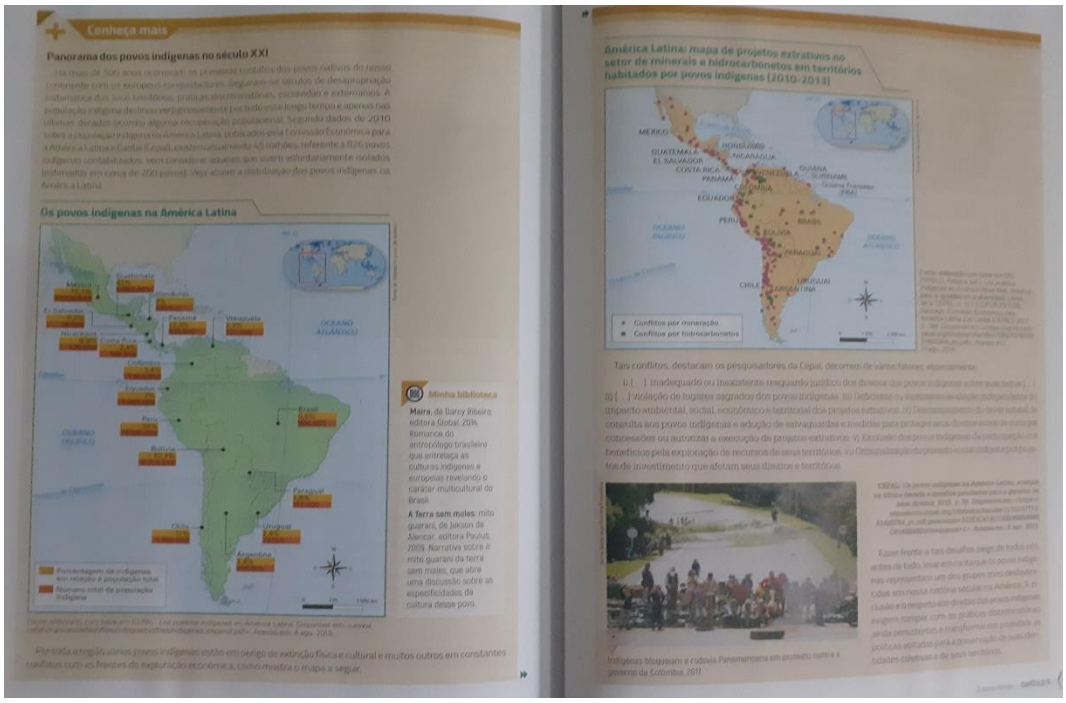
É perceptível nesta coleção, o uso de imagens para ilustrar os textos que os responsáveis pela criação desta coletânea utilizaram. Logo mais adiante, no nono capítulo do livro, os índios começam a serem ilustrados como escravos dos colonizadores portugueses, impulsionando deste modo, o movimento bandeirante.

A obra referente ao 8º ano, assim como o mesmo volume da coleção anterior, não se refere ao sujeito indígena em nenhum momento dos períodos da História do Brasil abrangidos no volume.

O volume, destinado ao 9º ano, traz em seu terceiro capítulo as sociedades indígenas no início da República, demonstrando os territórios indígenas à época, a criação do SPI e, os direitos indígenas.

No capítulo 9, que aborda o período da Ditatura Militar no Brasil, os autores compuseram textos sobre a resistência indígena e negra frente a este período. Mais a frente, em outro infográfico, é discutida a presença dos indígenas na Constituição de 1988, além dos quilombolas e mulheres. E, nos últimos escritos, é dado um grande panorama dos povos indígenas no Brasil e na América Latina no século XXI.

**Figura 25: Panorama indígena na atualidade**




**Fonte: Vicentino, 2018.**

## 6 CONCLUSÃO

A memória é um importante alicerce, que deve ser utilizado pelo historiador quando se quer recuperar e interpretar fatos do passado, até então silenciados ou mesmo esquecidos. Nesse sentido, os relatos, aqui analisados, nos revelam que, no contato entre os povos originários e o colonizador europeu, no contexto da História do Brasil, predominou, quase sempre, a voz do grupo dominador, que impôs a lógica de interesses própria do modo de produção capitalista. Isso fica mais claro quando se lembra que por causa deste evento, os indígenas foram, até certo ponto silenciados ou apagados, ou até mesmo esquecidos no contexto de estruturação, formação e conformação, em distintos arranjos da sociedade brasileira.

Com base em uma avaliação mais detida sobre o assunto, conforme os relatos apresentados nesse estudo monográfico, o intento foi o de muito mais compreender e analisar do que meramente produzir julgamentos, evitando, assim, cair no calabouço dos anacronismos indesejados.

Durante a pesquisa que gerou subsídios para esta monografia, foi possível observar que nos livros mais antigos e naqueles que são desenvolvidos para a educação apostilada, os indígenas são pouco analisados ou até mesmo esquecidos no momento de criação das referidas obras, prevalecendo a visão do colonizador.

Entretanto, conforme constatado, os livros didáticos lançados nas duas primeiras décadas do século XXI e adotados pelas unidades escolares tentam equilibrar, em termos de importância, a relação entre o colonizador europeu e os povos originários do Brasil, suas relações amistosas e conflituosas, apresentando desde os primeiros volumes da coleção certo protagonistas dos indígenas na história do Brasil, embora com uma abordagem um tanto romantizada.

Em relação aos objetivos que foram propostos na pesquisa, este pesquisador acredita que, dada as limitações inerentes ao estudo desta natureza, foram atendidos com êxito e desenvolvidos nos capítulos que estruturam esta monografia e os mesmos cumpriram aquilo que ambos foram propostos. No entanto, muito ainda precisa ser investigado, estudado e aprofundado diante da grandeza e complexidade do tema.

Sendo assim, como visto, o estudo que resultou na presente monografia, evitou as trincheiras dos anacronismos, buscando fazer uma leitura de época, mediante as informações obtidas nas pesquisas realizadas, visando atingir os objetivos e, de certa forma, não deixar a história dos indígenas cair no esquecimento e no apagamento da memória da sociedade brasileira. Por isso, nesse campo de conhecimento histórico, sugere-se, em futuras investigações sobre o tema, estudos que envolvam a memória dos agrupamentos indígenas de todo o território brasileiro, além de suas características, que os distinguem enquanto nações, a preservação das suas identidades, suas culturas e vivências, que serão de grande valia para a sociedade brasileira. Enquanto guardiões da floresta e do seu acervo natural, a preservação do modus vivendi dos povos primitivos será de grande valia para o futuro da civilização humana em todo o Planeta.

# REFERÊNCIAS


ALENCAR, José de. **Iracema.** 36. ed. São Paulo: Ática, 2001.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Carina Santos de; NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **O impacto da colonização e imigração no Brasil meridional:** contágios, doenças e ecologia humana dos povos indígenas. Disponível em: http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/431. Acesso em 18 ago. 2019.

AMARAL, Guilherme Batista. **História Revisional:** Ensino Médio. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Educacional, 2013.

AMARANTE, Elizabeth; PAULA, Eunice Dias de; PAULA, Luiz Gouveia de. **História dos povos indígenas:** 500 anos de luta no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

BARBOSA, Rosimari Bueno; REIS, Elisangela Alves. **A representação do índio no livro didático.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2074339/mod_resource/content/1/ARILD.pdf Acesso em 16 set. 2019.

BASTOS, Alcmeno. **Alencar e o índio do seu tempo.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281045572_Alencar_e_o_indio_do_seu_tempo. Acesso em 16 set. 2019.

CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; CÂMARA, Yls Rabelo. **O nacionalismo brasileiro e o indianismo em forma de poema: a exaltação do eu lírico feminino e do amor rechaçado em *Marabá*, de Gonçalves Dias.** Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/entrelaces/article/view/3589. Acesso em 01 set. 2019.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jayme. **Historiar**. 1. ed. São Paulo. Saraiva, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

EXAME. **Povos indígenas crescem e já são 8,3% da população latina.** Disponível em: https://exame.abril.com.br/mundo/povos-indigenas-crescem-e-ja-sao-8-3-da-populacao-latina/. Acesso em 13 out. 19

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. **A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental.** Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035. Acesso em 27 out. 2019.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil.** Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980.

MARTINS, Eduardo Vieira. **Dez estudos (e uma pequena bibliografia) para conhecer José de Alencar.** Disponível em: https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Jose%CC%81%20de%20Alencar.pdf. Acesso em 15 set. 2019.

MESGRAVIS, Laima; PINSKY, Carla B. **O Brasil que os europeus encontraram: a natureza, os índios e os homens brancos.** São Paulo: Contexto, 2000.

ORDOÑEZ, Marlene. **Caderno do Futuro:** História. 3. ed. São Paulo. IBEP: 2013.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **Vontade de saber história.** São Paulo: FTD, 2015.

RAMOS, André R. F. **A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates.** Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-

Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v1_n1/Artigo-7-Andre-Ramos.pdf. Acesso em 18 ago. 2019.

RAMOS, Márcia Elise Teté; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios.** Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/471. Acesso em 24 out. 2019.

SALES, Luiza Ribeiro. **A questão indígena no Brasil e as suas políticas públicas.** Disponível em: http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/LUIZA-RIBEIRO-SALES.pdf. Acesso em 12 out. 2019.

SILVA, Darlene. **José de Alencar: (des)construção da identidade nacional.** Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/sepexle/ivsepexle/artigos/art5_silva.pdf. Acesso em 15 set. 2019.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira.** Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0480.pdf. Acesso em 12 out. 2019.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac; SOUZA, Adria Simone Duarte de; BETTIOL, Célia Aparecida. **A educação escolar indígena no Brasil:** uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/4761. Acesso em 17 out. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VICENTINO, Cláudio. **Teláris História.** 1. ed. São Paulo. Ática: 2018.